

ESTUDO

**RETRATOS SOCIAIS
DF 2021
LGBTQIA+**

RETRATOS SOCIAIS DF 2021

População LGBTQIA+: perfil sociodemográfico, escolaridade e mercado de trabalho

Brasília-DF, dezembro de 2023

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
Governador

Celina Leão
Vice-Governadora

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAD**

Ney Ferraz Júnior
Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan**

Manoel Clementino Barros Neto
Diretor-Presidente

Leandro Nonato Mota
Diretor de Administração Geral

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Marcela Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Dea Guerra Fioravante
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Estratégia e Qualidade

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS

- Marcela Machado - Diretora

Coordenação de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais - COAPS/DIPOS

- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Coordenadora (até abril/2023)
- Francisca de Fátima de Araújo Lucena - Coordenadora (a partir de abril/2023)

Supervisão da pesquisa

- Marcela Machado - Diretora
- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Coordenadora (até abril/2023)

Participação na pesquisa

- Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira - Coordenadora (até abril/2023)
- Acsa Rodrigues Ferreira Guimarães - Coordenadora (até novembro/2022)
- Juliana Estanislau Caçado - Coordenadora
- Victória Evellyn Costa Moraes Sousa - Pesquisadora
- Ana Carolina de Freitas Tedesco - Pesquisadora bolsista (Programa de Bolsas IPEDF Codeplan - Portaria nº 03, de 26 de agosto de 2022)

Redação

- Ana Carolina de Freitas Tedesco - Pesquisadora bolsista
- Juliana Estanislau Caçado - Coordenadora

Revisão e copidesque

Juliana Estanislau Caçado - Coordenadora de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais - COPAQ/DIPOS

Editoração Eletrônica

Maurício Suda - Ascom

APRESENTAÇÃO

Este estudo integra um conjunto de análises temáticas, elaboradas por iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan). A série Retratos Sociais DF 2021 apresenta análises sociodemográficas e socioeconômicas de segmentos específicos da população a partir de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2021 (PDAD 2021), priorizando a desagregação territorial e salientando heterogeneidades identificadas. A série Retratos Sociais teve início com a PDAD 2018 e, portanto, está na sua segunda edição.

O objetivo deste estudo é fornecer informações sobre a população LGBTQIA+ aos gestores públicos de políticas sociais, pesquisadores e instituições interessadas em políticas sociais no Distrito Federal. Além deste estudo, que analisa o perfil sociodemográfico da população LGBTQIA+ e questões relativas à escolaridade e inserção no mercado de trabalho dessa população, trabalhos sobre os seguintes segmentos/temas também integram a série: i) crianças; ii) mulheres; iii) pessoas idosas; iv) pessoas com deficiência; v) pessoas negras; vi) jovens e vii) segurança alimentar.

A PDAD, fonte dos dados dessas análises, é uma pesquisa domiciliar de periodicidade bianual, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), agora IPEDF Codeplan. Seus dados são especialmente relevantes para subsidiar políticas públicas distritais, porque permitem identificar heterogeneidades dentro do território do Distrito Federal (DF). Diferentemente de bases sociodemográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PDAD tem representatividade para as 33 Regiões Administrativas do DF. Assim, a análise dessa pesquisa é fonte singular para a sinalização de prioridades para políticas públicas voltadas à redução de desigualdades no âmbito do DF.

A PDAD 2021, como de costume, investigou aspectos demográficos, de migração, condições sociais e econômicas, situações de trabalho e renda, características do domicílio, condições de infraestrutura urbana, entre outras informações, de modo a oferecer um amplo e circunscrito diagnóstico da situação atual do Distrito Federal. Essa edição contou com algumas inovações em relação às edições anteriores, sendo de especial importância para este estudo as perguntas inéditas sobre orientação sexual e identidade de gênero. Ressalta-se também a inserção da categoria “prestação de serviços por aplicativo” entre os tipos de atividades de trabalho principal e a captação de mercado de trabalho informal.

A elaboração de todos os sete estudos da série Retratos Sociais 2021 segue procedimentos metodológicos similares, detalhados em seção específica no documento. Os aspectos metodológicos particulares a este estudo sobre a população LGBTQIA+ também estão reportados, tornando possível ao(à) leitor(a) identificar facilmente quais são as especificidades metodológicas de cada temática e quais são as similaridades entre elas.

RESUMO

Ainda não existem pesquisas nacionais oficiais que estimem o tamanho e o perfil da população LGBTQIA+ no Brasil. Pela primeira vez, em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou, por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), o tamanho da população LGB (lésbicas, gays e bissexuais) no país. O tamanho e perfil da população trans no Brasil continua desconhecido das pesquisas de institutos oficiais. De forma inédita, em 2021, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios realizada pela Codeplan, agora IPEDF Codeplan, investigou a população LGBTQIA+ por meio de uma pergunta sobre identidade de gênero e outra sobre orientação sexual das pessoas com mais de 18 anos residentes no Distrito Federal. Segundo a PDAD 2021, 3,8% das pessoas com 18 anos ou mais no DF se declararam LGBTQIA+. Este estudo analisa o perfil sociodemográfico dessa população, descrevendo e analisando algumas de suas características como idade, raça/cor, estado civil e conjugal, informações sobre escolaridade, trabalho e renda. A partir dos dados analisados, observa-se que a população LGBTQIA+ no DF é uma população jovem, que adota mais relacionamentos consensuais do que formais, mais escolarizada e que participa mais do mercado de trabalho do que a população que não é LGBTQIA+. Por fim, são feitas sugestões quanto à forma das perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual inseridas na PDAD 2021, tendo em vista o aprimoramento dessa informação em pesquisas futuras.

Palavras-chave: gênero; orientação sexual; população LGBTQIA+; perfil sociodemográfico.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RESUMO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
2.1. Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021	15
2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)	15
2.1.2. Critério Brasil para nível de renda	15
2.2. Procedimentos e conceitos específicos do estudo	16
2.2.1. Identidade de gênero e orientação sexual	16
2.2.2. Limitações do estudo	18
3. RESULTADOS	19
3.1. Bases de dados anteriores	19
3.1.1. Censo e PNAD-C	19
3.1.2. Pesquisa Nacional da Saúde	20
3.2. PDAD 2021	22
3.2.1. Quantos são e onde estão	22
3.2.2. Perfil sociodemográfico	25
3.2.3. Escolaridade	30
3.2.4. Trabalho e renda	32
4. SUGESTÕES DE MELHORIAS	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
APÊNDICE	45
Apêndice A - Tabela 1 - Número e percentual de pessoas que se identificaram como LGBTQIA+ por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021	45
Apêndice B - Tabela 2 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por faixa etária. Distrito Federal, 2021	45
Apêndice C - Tabela 3 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por raça/cor. Distrito Federal, 2021	46
Apêndice D - Tabela 4 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por estado civil. Distrito Federal, 2021	46
Apêndice E - Tabela 5 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por arranjo domiciliar. Distrito Federal, 2021	46
Apêndice F - Tabela 6 - Número e percentual de pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ que possuem plano de saúde. Distrito Federal, 2021	47
Apêndice G - Tabela 7 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ com 25 anos ou mais por nível de escolaridade. Distrito Federal, 2021	47
Apêndice H - Tabela 8 - Distribuição de lésbicas, gays, bi e outros e trans com 25 anos ou mais por nível de escolaridade. Distrito Federal, 2021	48
Apêndice I - Tabela 9 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ ocupadas segundo o grau de formalidade do vínculo de trabalho. Distrito Federal, 2021	48

1. INTRODUÇÃO

Estimar o tamanho e o perfil da população LGBTQIA+ é um desafio, tendo em vista que há uma diversidade de definições sobre quem deve ser incluído nesse grupo e de metodologias para a coleta de dados, além do fato de que a coleta demanda questões cuidadosamente elaboradas e testadas. Deve-se levar em conta ao se investigar essa população, entre outros pontos de atenção, que o tipo de pergunta realizada e a garantia ou não de anonimato aos entrevistados podem impactar os resultados obtidos (CODEPLAN, 2022a).

Considerando as dificuldades metodológicas para identificar e pesquisar a população LGBTQIA+, estudos sobre esse tema ainda são escassos no Brasil. Em um esforço de ampliar o conhecimento sobre esse grupo populacional no Distrito Federal, a edição de 2021 da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) contou, pela primeira vez, com perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual em seu questionário. As perguntas foram feitas às pessoas de 18 anos ou mais residentes no Distrito Federal e os dados obtidos a partir delas permitem não apenas a contagem desse grupo populacional, mas, também, a caracterização do seu perfil e a análise de interseccionalidades existentes.

No Brasil, a primeira pesquisa oficial que coletou dados sobre esse grupo populacional foi a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a pesquisa, cerca de 2% da população brasileira maior de 18 anos se identifica como lésbicas, gays ou bissexuais (LGB) (IBGE, 2022). A pesquisa, no entanto, não investigou a identidade de gênero da população brasileira e, por isso, ainda não existe nenhum estudo oficial que estime o tamanho da população transgênero no Brasil.

De acordo com a publicação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) "*Society at a Glance 2019*", a proporção de pessoas LGB nos países que compõem a organização é 2,7%; não incluída a proporção de pessoas transgênero. A publicação destaca também que a parcela da população que se identifica como LGBT está aumentando. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas 1,4% das pessoas nascidas antes de 1945 se considerava pertencente a esse grupo; já na geração dos nascidos entre 1980 e 1999, essa proporção já é 8,2% (OECD, 2019).

Gates (2011), ao fazer uma revisão dos resultados encontrados por nove pesquisas que possuíam quesitos sobre orientação sexual e identidade de gênero, mostrou que, nos Estados Unidos, os resultados referentes à proporção da população que se identifica como LGB variaram entre 1,7% e 5,6% nas pesquisas conduzidas no país. Nos outros países cujas pesquisas foram analisadas (Reino Unido, Noruega, Austrália e Canadá) os resultados quanto à proporção de LGB na população variaram entre 1,2% e 2,1%. Um estudo realizado em 2018 por pesquisadores da UNESP estimou que 4% da população brasileira era LGB e que 3% era transgênero. A proporção ligeiramente mais alta de população LGB encontrada nessa pesquisa, em comparação à PNS por exemplo, pode ser atribuída a diferenças metodológicas na captura da informação¹ (SPIZZIRRI *et al.*, 2021).

¹ Ao invés de perguntarem qual é a orientação sexual e a identidade de gênero das pessoas, os pesquisadores usaram quatro perguntas para fazer essa definição: (P)1: Qual das seguintes opções melhor descreve como você se sente atualmente? (Sinto-me homem; sinto-me mulher; sinto-me nem homem nem mulher). Q2: E qual é o sexo na sua certidão de nascimento? (Masculino; feminino; indeterminado). P3: Com qual dessas situações você se identifica mais? (Nasci homem, mas desde criança me sinto mulher; nasci mulher, mas me sinto homem

É importante ressaltar que, até o presente momento, a maior parte dos estudos sobre o tema no Brasil abordam apenas a população LGB e eles foram elaborados a partir de bases de dados que fazem identificação indireta da orientação sexual das pessoas. Ou seja, não se pergunta aos indivíduos qual a sua orientação sexual, identifica-se apenas as pessoas que são casadas com alguém do mesmo sexo. A PNS 2019 e a PDAD 2021 foram as primeiras pesquisas em âmbito nacional e distrital, respectivamente, que perguntam às pessoas maiores de 18 anos qual a sua orientação sexual. E a PDAD ainda foi além e perguntou às pessoas qual a sua identidade de gênero. Espera-se que mais pesquisas, em âmbito nacional e estadual, realizem perguntas diretas sobre a orientação sexual e identidade de gênero de seus respondentes, a fim de que se possam realizar estudos e chegar a entendimentos mais apurados sobre a realidade e as necessidades dos membros da comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

Identificar a população LGBTQIA+ é indispensável para formular, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas inclusivas e que garantam seus direitos. Quando essa identificação é metodologicamente robusta e legitimada pelo Estado, ela tem maior potencial para fornecer informações que gerem subsídios para formulação de políticas públicas efetivas para esse público específico, sejam políticas de inclusão de gênero e diversidade, sejam contra o preconceito e a LGBTfobia.

Este estudo tem, portanto, o objetivo de fornecer informações sobre a população LGBTQIA+ residente no Distrito Federal aos gestores públicos distritais, pesquisadores, instituições e demais atores envolvidos com esse tema no território. Para tanto, o trabalho apresenta o perfil sociodemográfico da população LGBTQIA+ com 18 anos ou mais residente no DF e resultados relativos à sua escolaridade e situação de trabalho. Investigou-se também questões relacionadas à realização de afazeres domésticos.

Além desta introdução, o estudo está dividido em outras quatro seções. A segunda seção apresenta os aspectos metodológicos e conceituais que delimitam as escolhas de análise realizadas no estudo. Na terceira seção, é apresentado o retrato da população LGBTQIA+ residente no DF em relação à raça/cor, estado civil, estrutura domiciliar, entre outros aspectos da orientação sexual e identidade de gênero no Distrito Federal, além dos resultados das análises sobre escolaridade e inserção no mercado de trabalho dessa população. A quarta seção apresenta sugestões para pesquisas futuras sobre essa temática e, por fim, a última seção sumariza os resultados do estudo e aponta suas implicações para a elaboração e o aprimoramento das políticas públicas distritais.

desde criança; nasci homem e me sinto bem com meu corpo; nasci mulher, e me sinto bem com meu corpo).
Q4: Atualmente você se sente atraído por, quer fazer sexo ou ter um relacionamento com, ou fantasia sobre: (Apenas homens; Apenas mulheres; Homens e mulheres; Homens e às vezes mulheres; Mulheres e às vezes homens; Eu não sinto atração sexual);

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1. Procedimentos e conceitos comuns à série Retratos Sociais 2021

2.1.1. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)

Os dados utilizados neste estudo foram extraídos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada em 2021. A PDAD é realizada com periodicidade bianual pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan), antiga Codeplan.

A PDAD permite traçar o perfil socioeconômico da população-alvo para as 33 regiões administrativas do Distrito Federal. A pesquisa abrange aspectos demográficos, migratórios, condições sociais e econômicas, acesso à educação, situações de trabalho e renda e inclui, também, condições de moradia e acesso à infraestrutura urbana. Como inovação em relação à edição de 2018, a pesquisa contou com perguntas de identidade de gênero e orientação sexual, incluiu, entre os tipos de atividades ocupacionais, a “prestação de serviços por aplicativo” e reestruturou a captação de informações sobre formalização no mercado de trabalho.

Em 2021, a pesquisa contou com uma amostra de 30.888 domicílios localizados em áreas urbanas e áreas rurais com características urbanas do Distrito Federal. Além de coletar informações relativas aos domicílios, a pesquisa levantou informações de perfil socioeconômico de 83.481 moradores. Essa amostra representa 3.010.881 moradores e 936.812 domicílios do Distrito Federal.

2.1.2. Critério Brasil para nível de renda

Diferentemente da série Retratos Sociais DF 2018, as análises dos dados da PDAD 2021 por nível de renda usam a classificação do Critério Brasil. O Critério Brasil é um classificador para a estratificação socioeconômica da sociedade brasileira. A metodologia desse indicador é baseada no conceito de renda permanente, que expressa a riqueza do domicílio e seu poder de compra. Esse indicador busca ser multidimensional com o objetivo de captar variações no status socioeconômico de uma família. Além disso, ele busca minimizar problemas com ausência de dados de renda ligadas à prestação de informações por parte do respondente (KAMAKURA; MAZZON, 2016).

Na série de estudos anterior, se utilizou o agrupamento de regiões administrativas por nível de renda média para a produção dos principais resultados. As regiões administrativas foram classificadas em quatro categorias: alta renda; média-alta renda; média-baixa renda e baixa renda. Assim, todos os domicílios de uma mesma região administrativa eram enquadrados dentro da renda média da RA. O Critério Brasil, por sua vez, classifica o domicílio e não o território, o que caracteriza um agrupamento socioeconômico mais homogêneo em cada estrato, pois existem domicílios com diferentes níveis de renda dentro de cada região administrativa. Neste estudo e nos demais que compõem a série Retratos Sociais DF 2021, os resultados foram gerados para as seis classes ou estratos socioeconômicos do Critério Brasil. A Tabela 1 apresenta esses estratos e as respectivas médias das rendas domiciliares mensais no Distrito Federal, de acordo com os dados da PDAD 2021.

Tabela 1 - Renda domiciliar mensal média segundo estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Distrito Federal, 2021

Estrato Socioeconômico	Renda domiciliar mensal média
Classe A	24.878,22
Classe B1	16.549,83
Classe B2	9.906,25
Classe C1	6.058,80
Classe C2	3.026,78
Classe D-E	1.870,50
Total	6.868,13

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

2.2. Procedimentos e conceitos específicos do estudo

2.2.1. Identidade de gênero e orientação sexual

A biologia não define, por si só, os papéis e os significados atribuídos ao masculino e ao feminino em uma dada sociedade. A sexualidade humana é formada pela combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, sendo composta, basicamente, por três elementos: sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero, elementos diferentes e que não devem ser confundidos. Nesse sentido, com o intuito de elucidar os principais conceitos utilizados neste estudo, o Quadro 1 apresenta, de maneira resumida, as definições e possíveis categorias de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Para maiores detalhes, recomenda-se visitar a Nota Metodológica “Gênero e orientação sexual no DF – um olhar inclusivo: inserção de perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual na PDAD 2021 e em questionário suplementar on-line” (CODEPLAN, 2022a).

Quadro 1 - Definição e categorias de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual

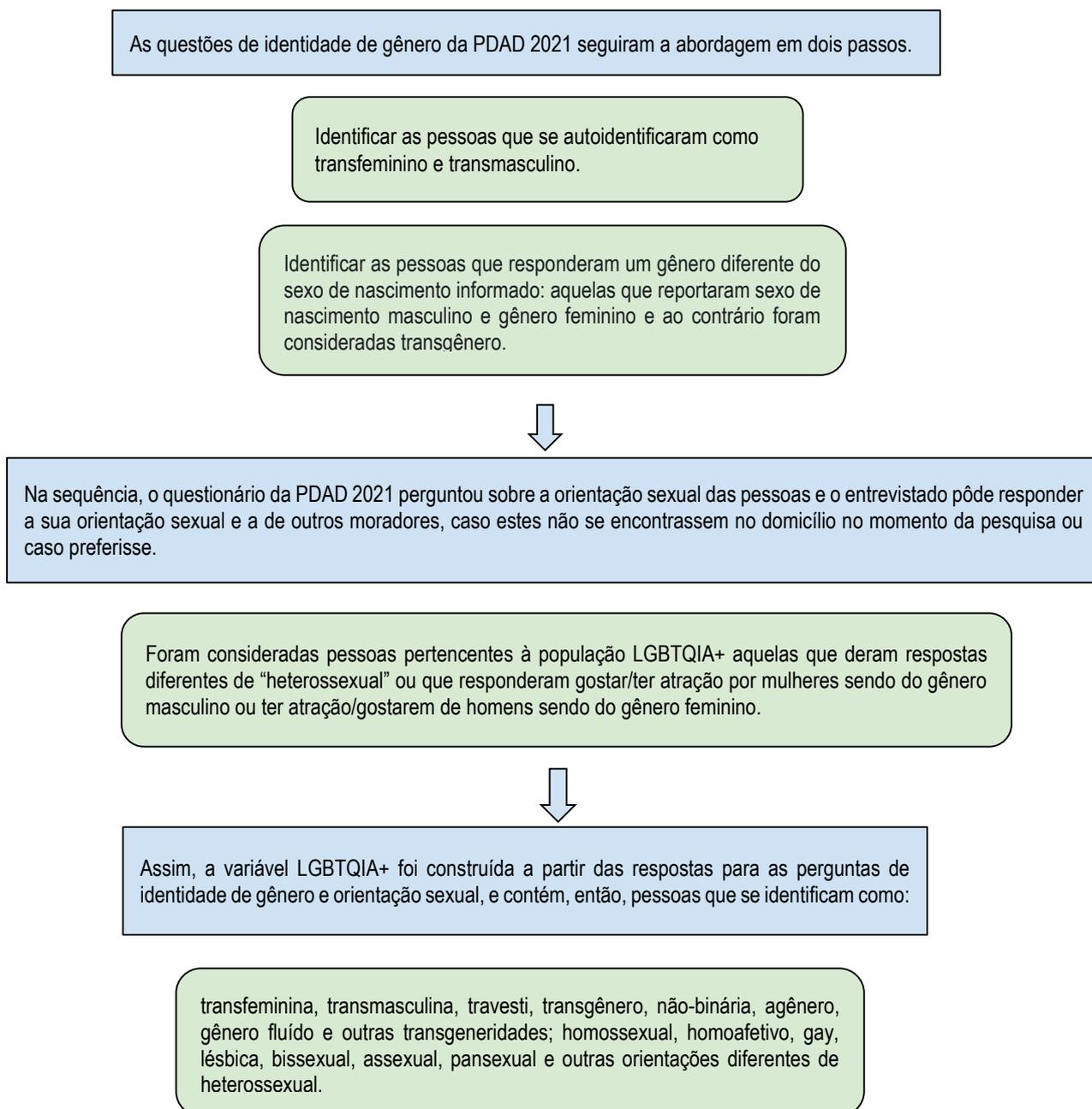
Variável	Definição	Pode ser classificado em:
Identidade de gênero	Distingue a dimensão biológica do sexo reportado ao nascer da dimensão social de identidade. Está relacionado a percepção de cada um sobre o seu gênero diante da sociedade.	Travesti, mulher trans, mulher cis, homem trans, homem cis, não binário, agênero, gênero fluido, queer e outros.
Sexo biológico	Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.	Feminino, masculino e intersexo
Orientação Sexual	Capacidade de cada pessoa ter atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero, de mais de um gênero ou não ter essa atração.	Lésbica, bissexual, gay, homossexual, heterossexual, pansexual, assexual e outros

Fonte: Codeplan (2022)
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

2.2.1.1. Identidade de gênero e orientação sexual na PDAD 2021

A edição de 2021 da PDAD contou com uma pergunta aberta sobre identidade de gênero e outra, também aberta, sobre orientação sexual. As duas perguntas podiam ser respondidas por todos os moradores com 18 anos ou mais. Destaca-se que o respondente da pesquisa fornecia a informação pelos outros moradores de 18 anos ou mais do domicílio no caso deles não se encontrarem no momento de realização da pesquisa.

Figura 1 - Abordagem das questões de identidade de gênero e orientação sexual na PDAD 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan

Importante destacar que, como a PDAD obteve informações sobre orientação sexual e identidade de gênero apenas para as pessoas com 18 anos ou mais de idade, as análises deste estudo se referem à população com 18 anos ou mais residente no DF. Logo, quando a população LGBTQIA+ é comparada com a população não LGBTQIA+, estamos analisando as pessoas com 18 anos ou mais que se identificaram como LGBTQIA+ na pesquisa – a partir das respostas às perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual – e as pessoas com 18 anos ou mais que não se identificaram como LGBTQIA+.

2.2.2. Limitações do estudo

Com relação às limitações envolvidas no processo de coleta das informações sobre identidade de gênero e orientação sexual na PDAD 2021, é possível destacar que a forma como as perguntas foram feitas faz com que ocorra uma concentração da identificação da população LGBTQIA+ entre as pessoas com maior renda e escolaridade mais elevada, sobretudo por conta dos termos utilizados nas perguntas (identidade de gênero e orientação sexual). Esse aspecto pode trazer implicações para as análises de escolaridade, trabalho e renda, já que os dados podem sugerir, devido ao viés de seleção dos respondentes, que a população LGBTQIA+ tenha maiores rendimentos ou escolarização do que realmente tem (GEN-IUSS, 2014; FEDERAL INTERAGENCY WORKING GROUP, 2016).

Além disso, tanto a pergunta sobre identidade de gênero quanto a pergunta sobre orientação sexual tinham a opção de "não resposta", caso a pessoa entrevistada não se sentisse confortável para falar sobre si ou sobre os demais residentes para o(a) entrevistador(a). Existe, assim, a possibilidade de que a pessoa entrevistada forneça uma resposta que ela considere mais bem aceita socialmente, o que pode resultar em um viés de não resposta difícil de ser identificado. E assim como constatado em alguns países, o estigma social existente em relação às pessoas que não se encaixam no padrão heteronormativo, bem como o medo da discriminação e da violência, gera um receio, na pessoa entrevistada, de se autoidentificar como LGBTQIA+ e informá-lo verbalmente para outra pessoa, sobretudo em regiões mais pobres e com menor densidade populacional, o que pode contribuir para uma subestimação do tamanho da população LGBTQIA+ (BADGETT, 2001; NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2022).

Finalmente, é válido mencionar que, a PDAD é uma pesquisa amostral e, por isso, é necessário atenção ao tamanho amostral e à representatividade dos resultados encontrados. Nas análises sobre a população LGBTQIA+, trabalhamos com uma amostra relativamente pequena, quando comparada à amostra geral da pesquisa, que representa toda a população do DF. E o tamanho da amostra é fundamental para que os resultados encontrados sejam representativos da população, ou seja, que reflitam, de fato, as características da população que está sendo estudada. Por isso, neste estudo, nem sempre será possível realizar todas as desagregações (sejam territoriais ou de categorias de variáveis de interesse da PDAD, como ocupações no mercado de trabalho) que as perguntas da PDAD permitiriam, pois isso reduz o tamanho da amostra em cada nível desagregado, aumentando a variabilidade das respostas e perdendo em termos de representatividade dos resultados.

3. RESULTADOS

3.1. Bases de dados anteriores

Como mencionado previamente, até a PNS de 2019, só era possível identificar, nas pesquisas nacionais, os indivíduos hétero e homoafetivos que estavam em união, não sendo possível identificar as pessoas bissexuais, caso estivessem em união com alguém do sexo oposto, e nem a orientação sexual das pessoas que não estivessem em uma união.

O procedimento para identificação de indivíduos hétero e homoafetivos no Censo Demográfico e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) – ambas pesquisas realizadas pelo IBGE – é feito da seguinte forma: em um primeiro momento, são identificadas as pessoas que residem com cônjuge e, em seguida, verifica-se se o cônjuge é do sexo oposto ou do mesmo sexo. Na ocorrência do primeiro caso, é possível inferir a existência de um casal formado por pessoas heteroafetivas. Na ocorrência do segundo caso, é possível inferir a existência de relação homoafetiva. Por fim, identifica-se o sexo de nascimento dos indivíduos.

Em 2019, a PNS investigou a orientação sexual da população brasileira, questionando, pela primeira vez, a orientação sexual de forma direta, deixando um campo aberto para a resposta dos entrevistados. A PDAD 2021 seguiu a mesma metodologia, tanto para a orientação sexual quanto para a identidade de gênero.

Na sequência, são apresentados os principais resultados sobre a população LGB no Brasil e no Distrito Federal a partir dessas três pesquisas: Censo Demográfico, PNAD-C e PNS. A identidade de gênero ainda não é investigada em nenhuma das pesquisas do IBGE.

3.1.1. Censo e PNAD-C

Segundo o Censo Demográfico de 2010, existiam, no Brasil, cerca de 65.442 casais homoafetivos e 33.792.039 casais heteroafetivos. No Distrito Federal, segundo o Censo, eram 1.701 casais homoafetivos e 473.088 casais heteroafetivos em 2010. O número de casais corresponde ao total de domicílios onde os moradores declararam viver uma união consensual.

A proporção de casais homoafetivos aumentou no Brasil, entre 2012 e 2022, de acordo com os dados da PNAD-C (Tabela 2). Em 2012, 0,1% dos casais (ou seja, dos domicílios em que os moradores declararam viver uma união consensual) eram homoafetivos. Em 2022, esse percentual chegou a 0,8%. Não é possível afirmar, apenas com base nas informações coletadas pela pesquisa, se esse aumento na proporção de casais homoafetivos se deve ao fato de que a comunidade LGB está, realmente, aumentando ao longo dos anos no país, ou se os membros da comunidade estão se sentindo mais seguros para declarar sua orientação sexual aos institutos de pesquisa. Não se descarta a possibilidade de que ambas hipóteses estejam ocorrendo ao mesmo tempo.

Tabela 2 - Total de casais homoafetivos e heteroafetivos. Brasil, 1º trimestre PNAD-C, 2012-2022

Ano	Casais homoafetivos	Casais heteroafetivos	% Casais homoafetivos
2012	58.680	40.049.296	0,1%
2013	73.152	40.571.586	0,2%
2014	97.125	41.295.321	0,2%
2015	106.348	42.186.315	0,3%
2016	138.197	42.515.221	0,3%
2017	158.341	42.877.593	0,4%
2018	184.033	43.289.688	0,4%
2019	195.939	43.634.172	0,4%
2020	251.085	44.091.859	0,6%
2021	220.549	43.626.837	0,5%
2022	335.078	43.886.894	0,8%

Fonte: IBGE. PNAD-C (2012 - 2022).

3.1.2. Pesquisa Nacional da Saúde

Na PNS de 2019, os entrevistados foram perguntados diretamente quanto à sua orientação sexual, o que permitiu que se contabilizasse e analisasse, pela primeira vez, as pessoas homoafetivas que não necessariamente estão em um casal que coabita, de modo que os resultados podem divergir dos encontrados em outras pesquisas do IBGE a partir das quais se estuda o tema. A PNS também foi a primeira pesquisa do IBGE que permitiu a identificação das pessoas bissexuais. Acredita-se que, ao perguntar de maneira clara e direta a orientação sexual dos indivíduos, ganha-se na precisão da informação.

Segundo a PNS 2019, 92,1% da população do Distrito Federal declararam ser heterossexuais e 2,9% declararam ser homossexuais ou bissexuais, o que faz com o que o DF seja a Unidade Federativa com a maior proporção de pessoas LGBs em sua população, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição das pessoas de 18 anos ou mais de idade por orientação sexual, segundo as Unidades Federativas. Brasil, 2019

UF	Homossexual ou Bissexual	Heterossexual	Se recusou a responder ou não sabia
Distrito Federal	2,9%	92,1%	4,9%
Amapá	2,8%	94,1%	3,1%
Rio de Janeiro	2,3%	94,8%	2,8%
São Paulo	2,3%	94,0%	3,6%
Amazonas	2,3%	94,1%	3,7%
Mato Grosso do Sul	2,0%	92,5%	5,5%
Paraná	2,0%	94,7%	3,2%
Rio Grande do Sul	1,9%	94,8%	3,3%
Pará	1,9%	92,4%	5,7%
Rondônia	1,9%	91,6%	6,4%
Bahia	1,8%	94,4%	3,7%
Alagoas	1,8%	96,6%	1,5%
Rio Grande do Norte	1,8%	93,8%	4,3%
Piauí	1,7%	91,9%	6,3%
Santa Catarina	1,6%	94,4%	3,9%
Roraima	1,5%	96,6%	1,8%
Sergipe	1,5%	96,3%	2,3%
Paraíba	1,5%	96,8%	1,8%
Mato Grosso	1,4%	96,9%	1,5%
Maranhão	1,4%	94,1%	4,5%
Espírito Santo	1,4%	97,4%	1,2%
Minas Gerais	1,4%	95,7%	2,8%
Acre	1,3%	95,8%	2,8%
Ceará	1,2%	94,5%	4,2%
Goiás	1,2%	95,7%	3,1%
Pernambuco	1,0%	98,4%	0,4%
Tocantins	0,6%	96,3%	3,0%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNS 2019

A partir dos dados da PNS 2019, é possível analisar algumas características socioeconômicas e demográficas da população LGB no Brasil. Como mostra a Tabela 4, a maior parte das pessoas que declararam ser homossexuais ou bissexuais são do sexo feminino (51%), mas em uma proporção ligeiramente inferior ao observado na população que declarou ser heterossexual, na qual 53% das pessoas são do sexo feminino. Em relação à estrutura etária, nota-se que a população LGB está mais concentrada nos grupos mais jovens do que a população heterossexual: enquanto 58% das pessoas que declararam ser homossexuais ou bissexuais têm entre 18 e 29 anos, a maior parte da população heterossexual está na faixa de 40 a 59 anos (36%). Outras diferenças importantes entre esses dois grupos populacionais são observadas quando se analisa a escolaridade e a renda. A população LGB, segundo os dados da PNS 2019, é mais escolarizada e está mais concentrada nas faixas de renda mais elevadas quando comparada à população heterossexual.

Tabela 4 - Distribuição das pessoas de 18 anos ou mais de idade por características socioeconômicas, segundo a orientação sexual. Brasil, 2019

Características socioeconômicas	Distribuição de pessoas de 18 anos ou mais de idade			
	Total ⁽¹⁾	Orientação sexual		
		Heterossexual	Homossexual ou Bissexual	Se recusou a responder ou não sabia
Total ⁽²⁾	100%	100%	100%	100%
Sexo				
Homem	47%	47%	49%	47%
Mulher	53%	53%	51%	53%
Idade				
18 a 29	22%	21%	58%	35%
30 a 39	21%	21%	21%	17%
40 a 59	35%	36%	18%	32%
60 ou mais	22%	22%	2%	16%
Nível de Instrução				
Sem instrução e fundamental incompleto	35%	35%	8%	37%
Fundamental completo e médio incompleto	14%	14%	20%	20%
Médio completo e superior incompleto	35%	35%	44%	34%
Superior completo	16%	16%	27%	8%
Cor ou raça				
Branca	43%	43%	42%	38%
Preta	11%	11%	12%	12%
Parda	44%	44%	45%	50%
Rendimento domiciliar per capita				
Sem rendimento a 1/2 SM	22%	22%	16%	28%
Mais de 1/2 a 1 SM	29%	29%	25%	31%
Mais de 1 a 3 SM	37%	37%	39%	34%
Mais de 3 a 5 SM	6%	6%	11%	4%
Mais de 5 SM	5%	5%	10%	2%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, PNS 2019

⁽¹⁾ Inclusive as pessoas que declararam outra orientação sexual.

⁽²⁾ Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

3.2. PDAD 2021

3.2.1. Quantos são e onde estão

As perguntas inéditas sobre orientação sexual e identidade de gênero inseridas na PDAD 2021 permitiram identificar que 3,8% da população de 18 anos ou mais no Distrito Federal se autodeclara LGBTQIA+.

Em relação à orientação sexual, 97% da população de 18 anos ou mais se declararam como heterossexuais e 3% como lésbicas, gays, bissexuais ou com outra orientação sexual, sendo que 1% se declararam como gays; 1,1%, como lésbicas; e 0,9%, como bissexuais ou declararam outra orientação sexual.

A partir da pergunta sobre identidade de gênero, encontrou-se que 1% da população de 18 anos ou mais no DF declarou alguma transgeneridade, o que equivale a 23.364 pessoas, e 99% se declararam como cisgênero. Entre a população trans, as principais categorias informadas na PDAD 2021 foram: mulheres trans (8.191 pessoas ou 35,1% da população trans); homens trans (6.145 pessoas ou 26,3% da população trans); pessoas transgênero, isto é, pessoas que não se declararam cis, mas que também não informaram ser mulher ou homem trans (4.842 pessoas ou 20,7% da população trans) e pessoas não binárias (2.232 pessoas ou 9,6% da população trans).

Importante destacar que, para o cálculo da proporção de pessoas que se consideram LGBTQIA+ na população do Distrito Federal (3,8%), as pessoas que se declararam como transgênero e também como gays, lésbicas, bissexuais ou com outras orientações sexuais foram contabilizadas apenas uma vez.

A região administrativa com a maior proporção de pessoas LGBTQIA+ em sua população, segundo a PDAD 2021, é Águas Claras (6,6%), seguida por Plano Piloto (6,5%), Varjão (6,4%), Sobradinho II (6,1%) e Riacho Fundo II (5,4%) (Tabela 5). Quando a população LGBTQIA+ é desagregada entre transgênero e lésbicas, gays, bissexuais e outros (LGBs), observa-se que o Plano Piloto é a região administrativa com o maior percentual de LGBs entre a população de mais de 18 anos (5,8%). Planaltina, por sua vez, é a RA com a maior proporção de pessoas transgênero em sua população (1,8%).

A Tabela 5 apresenta o total e o percentual de pessoas de mais de 18 anos que se declararam LGBTQIA+ no DF e por região administrativa. Também são apresentados os números de pessoas que se identificaram como LGBs e transgênero separadamente. Importante destacar que para algumas regiões administrativas não houve amostra suficiente para a divulgação dos resultados. No caso de Brazlândia, Candangolândia, SIA e Sol Nascente/Pôr do Sol não houve amostra suficiente nem mesmo para a divulgação do tamanho da população LGBTQIA+.

Tabela 5 - População de 18 anos ou mais que se identificou como LGBTQIA+, LGB e transgênero por Região Administrativa. Distrito Federal, 2021

Território	População LGBTQIA+		População LBG (Lésbicas, gays, bissexuais e outros)		População transgênero	
	Total	Percentual	Total	Percentual	Total	Percentual
DF	87.920	3,8%	68.429	3%	23.364	1%
Região Administrativa						
Águas Claras	5.736	6,6%	4.854	5,6%	1.184	1,4%
Plano Piloto	12.310	6,5%	10.637	5,8%	2.114	1,1%
Varjão	407	6,4%	355	5,7%	*	*
Sobradinho II	3.517	6,1%	3.047	5,3%	*	*
Riacho Fundo II	3.068	5,4%	2.345	4,2%	947	1,7%
Sobradinho	2.969	5,2%	2.547	4,5%	*	*
Lago Norte	1.520	5,0%	1.202	4,0%	337	1,1%
Park Way	915	4,9%	703	3,8%	*	*
Guará	5.434	4,8%	4.257	3,8%	1.505	1,3%
Vicente Pires	2.935	4,8%	2.348	3,9%	746	1,2%
Itapoã	2.099	4,6%	1.688	3,7%	*	*
Planaltina	6.062	4,4%	3.962	2,9%	2.500	1,8%
Taguatinga	7.216	4,3%	6.834	4,1%	*	*
Sudoeste/Octogonal	1.757	3,9%	1.395	3,1%	442	1,0%
Cruzeiro	943	3,7%	721	2,8%	*	*
SCIA-Estrutural	922	3,7%	748	3,0%	238	0,9%
Ceilândia	8.812	3,3%	7.271	2,7%	1.975	0,7%
Fercal	208	3,3%	165	2,6%	*	*
Núcleo Bandeirante	605	3,2%	507	2,7%	*	*
Arniqueira	1.117	3,1%	821	2,3%	*	*
Jardim Botânico	1.113	2,8%	824	2,1%	306	0,8%
Paranoá	1.390	2,8%	975	2,0%	*	*
Recanto das Emas	2.659	2,7%	*	*	1.400	1,4%
Gama	2.744	2,6%	1.693	1,6%	*	*
Riacho Fundo	883	2,5%	*	*	*	*
Samambaia	4.213	2,3%	3.143	1,8%	*	*
São Sebastião	1.937	2,3%	1.351	1,6%	*	*
Lago Sul	567	2,2%	350	1,4%	242	1,0%
Santa Maria	2.116	2,2%	*	*	*	*
Brazlândia	*	*	*	*	*	*
Candangolândia	*	*	*	*	*	*
SIA	*	*	*	*	*	*
Sol Nascente/Pôr do Sol	*	*	*	*	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

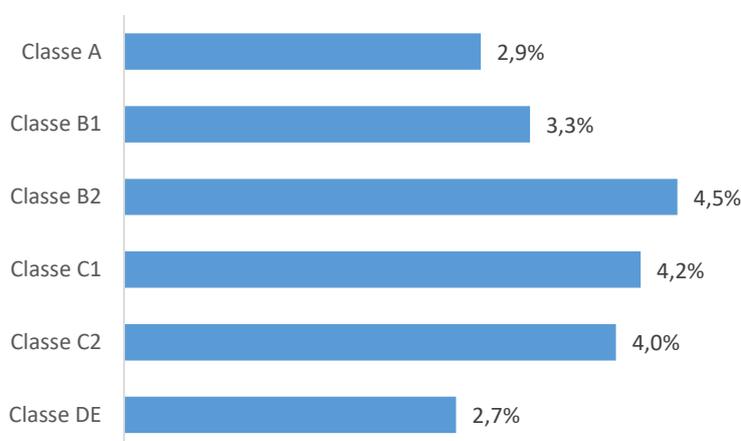
(*) Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra.

Nota-se que tanto RAs com níveis de renda mais elevados, como Águas Claras e Plano Piloto, como RAs de menor renda, como Varjão e Sobradinho II, estão entre aquelas com os maiores percentuais de pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ no DF. Em relação ao primeiro caso, das RAs de maior renda, a literatura aponta que regiões mais ricas tendem a

ter maiores níveis de autodeclaração de pessoas LGB e transgênero (GEN-IUSS, 2014; FEDERAL INTERAGENCY WORKING GROUP, 2016). Sobre a concentração de pessoas LGBs e trans em determinados territórios, Badgett (2001) pontua que, por serem uma minoria populacional, as famílias LGBTQs, em geral, preferem estar próximas umas das outras, com o intuito de se ajudarem e colaborarem entre si, o que pode ajudar a explicar a concentração de pessoas LGBs e trans em algumas RAs do DF.

Saindo da análise do território, buscou-se observar a presença da população LGBTQIA+ por estratos socioeconômicos do Critério Brasil. Segundo a PDAD 2021, a classe B2 é o estrato socioeconômico com a maior proporção de pessoas de 18 anos ou mais que se identificaram como LGBTQIA+ na população (4,5%). O Gráfico 1 apresenta a proporção de pessoas LGBTQIA+ por estrato do Critério Brasil.

Gráfico 1 - Proporção da população de 18 anos ou mais que se identificou como LGBTQIA+ por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2.2. Perfil sociodemográfico

3.2.2.1. Idade

De acordo com a PDAD 2021, no Distrito Federal, as pessoas que se declararam LGBTQIA+ são mais jovens do que as pessoas que não se declararam LGBTQIA+. Enquanto a população não LGBTQIA+ está bastante concentrada na faixa de 30 a 59 anos (59,2% está nessa faixa etária e 24,9% têm entre 18 e 29 anos), 40,8% da população LGBTQIA+ têm entre 18 e 29 anos, e 51,5%, entre 30 e 59 anos. Por conta dessa diferença na distribuição por faixas etárias, a idade média das pessoas que se declararam LGBTQIA+ no DF é inferior à idade média das pessoas que não se declararam como tal, conforme mostra a Tabela 6. Esses resultados estão em linha com o que foi encontrado a partir da PNS 2019 para o Brasil: a população LGB está mais concentrada nos grupos mais jovens do que a população heterossexual.

Marsiaj (2003) pontua que, buscando viver longe de famílias e comunidades que discriminam a população LGBTQIA+, há uma forte tendência de que casais homoafetivos sejam formados por pessoas mais jovens relativamente a casais heteroafetivos, devido sobretudo à necessidade de os indivíduos homoafetivos de viverem suas vidas de maneira mais livre. Porém, ressalta-se que o estigma associado às famílias homoafetivas afeta as gerações de forma diferente, no sentido de que, enquanto pessoas mais jovens possuem mais liberdade para declarar sua orientação sexual e seus relacionamentos homoafetivos, pessoas

mais velhas carregam um peso maior do estigma e, por vezes, acabam não se declarando como um casal homoafetivo, o que pode diminuir a idade média dos casais homoafetivos, ainda que essa não seja a realidade.

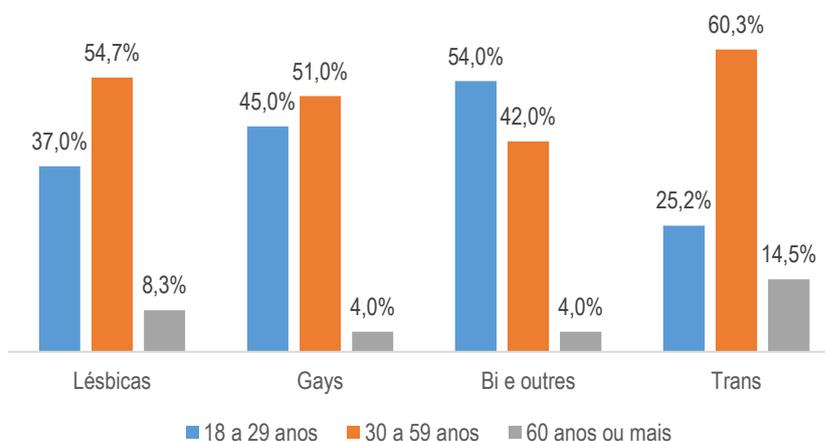
Tabela 6 - Idade média, em anos, da população no DF, segundo identificação LGBTQIA+. Distrito Federal, 2021

População não LGBTQIA+	42
População LGBTQIA+	36
Lésbicas	36
Gays	34
Bi e outros	32
Trans	41

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Entre a população LGBTQIA+, as pessoas bis e que declararam outras orientações sexuais são as mais jovens, com uma média de 32 anos de idade, o que permite levantar a hipótese de que as gerações mais novas tendem a se reconhecer e se autodeclarar mais como bissexuais (JONES, 2022). Conforme mostra o Gráfico 2, mais de 50% das pessoas bissexuais ou que tem outras orientações sexuais têm entre 18 e 29 anos. O segundo grupo com maior concentração nessa faixa etária é o de pessoas gays (45%), seguido do de lésbicas (37%) e de pessoas trans (25,2%).

Gráfico 2 - Distribuição da população LGBTQIA+ por faixa etária. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2.2.2. Raça/cor

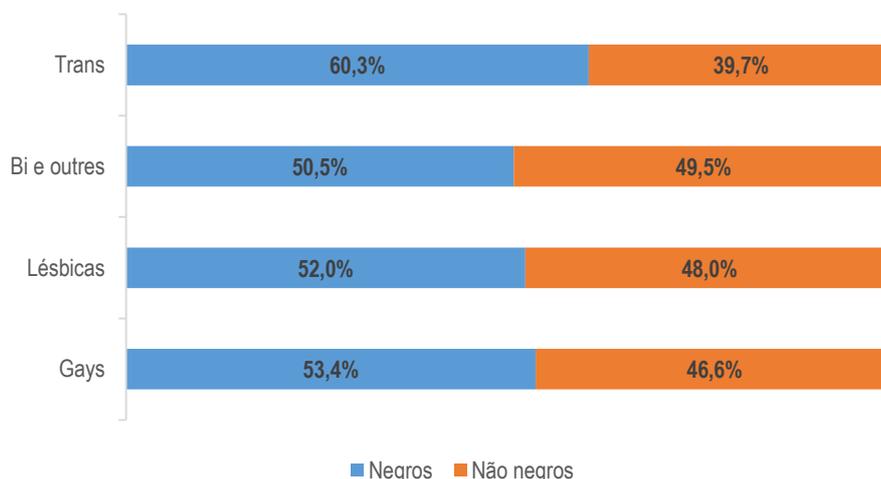
Entre a população LGBTQIA+, 54,2% das pessoas são negras² e, entre as pessoas que não se identificaram como LGBTQIA+, essa proporção é 57,5%. A menor proporção de pessoas negras entre a população LGBTQIA+, em comparação à população que não se identificou como LGBTQIA+, pode ser uma consequência de um viés de seleção amostral.

² Como negros, foram considerados pretos, pardos e indígenas; como não negros, brancos e amarelos.

Como mencionado na subseção que discute as limitações deste estudo (subseção 2.2.2), a forma como as perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual são feitas, especialmente por conta dos termos utilizados, pode fazer com que haja uma concentração de respostas de pessoas que se identificam como LGBTQIA+ entre a população de maior renda e com escolaridade mais elevada. Como, à medida que a renda e a escolaridade da população se elevam, há uma redução da proporção de pessoas que se declaram negras, essa diferença na proporção de pessoas negras entre a população LGBTQIA+ e a não LGBTQIA+ pode ser resultado desse viés na seleção dos respondentes – as pessoas mais escolarizadas, e também as de maior renda, são as que compreendem melhor as perguntas e que identificam, de fato, sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Considerando os grupos da população LGBTQIA+, destaca-se o maior percentual de pessoas negras entre a população trans, quando essa é comparada com as demais categorias. Como mostra o Gráfico 3, 60,3% das pessoas que se declararam trans são negras, seguidas do grupo de pessoas gays (53,4%), das lésbicas (52%) e dos que se declararam bissexuais ou que tem outra orientação sexual (50,5%).

Gráfico 3 - Distribuição da população LGBTQIA+ por raça/cor. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2.2.3. Estado civil

A distribuição da população por estado civil difere bastante entre as pessoas que se declararam LGBTQIA+ e as que não se identificaram como tal. Conforme mostra a Tabela 7, a maior parte da população LGBTQIA+ (58,6%) informou estar solteira e 33,6% informou estar casada. Entre a população não LGBTQIA+, esse quadro se inverte: a maior parte (50,7%) declarou estar casada e 38,1%, solteira. Essa diferença na distribuição por estado civil pode estar relacionada ao fato de que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado no Brasil apenas em 2013 (Resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ) e também ao fato de que a população LGBTQIA+ no DF é mais jovem do que a população não LGBTQIA+. Como o casamento é um evento que costuma acontecer em uma determinada fase da vida, concentrado em algumas faixas etárias, a população LGBTQIA+ tem proporcionalmente menos pessoas nessas faixas etárias e, por um efeito de composição, menor proporção de pessoas casadas.

Na população LGBTQIA+, observa-se que, entre gays, lésbicas e bis, a maior parte das pessoas informou estar solteira, ainda que os percentuais sejam diferentes entre os 3 grupos. Destaca-se a proporção de 75,2% de pessoas solteiras entre aqueles que declararam

ser bissexuais ou ter outra orientação sexual, quase 20 pontos percentuais superior à proporção observada entre as lésbicas. No caso das pessoas trans, a distribuição por estado civil não acompanha o padrão observado no restante da população LGBTQIA+: a maior parte (51%) informou estar casada e 38,5%, solteira.

Tabela 7 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por estado civil. Distrito Federal, 2021

Estado civil	População LGBTQIA+	População não LGBTQIA+	População LGBTQIA+			
			Lésbicas	Gays	Bi e outros	Trans
Solteiro	58,6%	38,1%	54,8%	64,9%	75,2%	38,5%
Casado	33,6%	50,7%	32,5%	32,2%	17,2%	51,0%
Divorciado ou desquitado	5,2%	6,3%	8,3%	2,2%	*	6,7%
Viúvo	2,3%	4,6%	3,3%	*	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

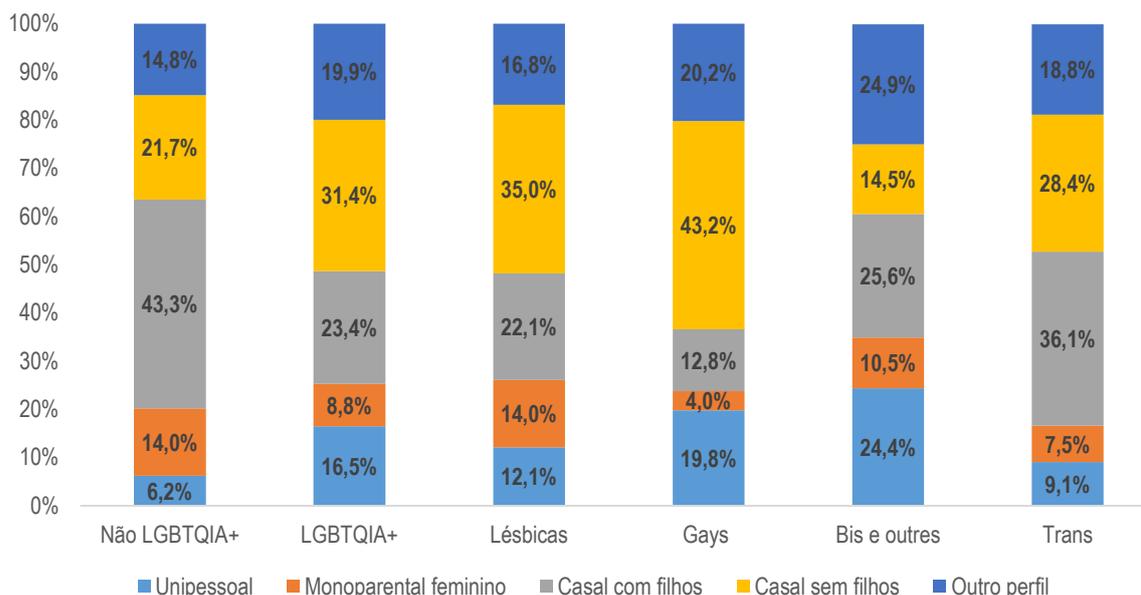
(*) Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra.

Como parece haver um padrão diferenciado de casamentos entre a população LGBTQIA+ e a não LGBTQIA+, analisou-se a proporção das pessoas solteiras que moram com cônjuge/companheiro(a), a fim de investigar se, apesar de não estarem formalmente casadas, as pessoas que se identificam como LGBTQIA+ vivem em relações que podem se assemelhar ou configurar um casamento. Entre a população LGBTQIA+ como um todo, 21,3% das pessoas solteiras informaram morar com cônjuge/companheiro(a). Entre a população não LGBTQIA+, esse percentual é inferior, 15,9%. As lésbicas apresentaram o maior percentual de pessoas solteiras que vivem com cônjuge/companheiro(a) entre as categorias LGBT analisadas: 29%. Os percentuais observados entre gays, bissexuais e trans foram, respectivamente, 25,1%, 11,4% e 21%.

3.2.2.4. Arranjo domiciliar

No Distrito Federal, a distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por tipo de arranjo domiciliar varia consideravelmente. Entende-se por arranjo domiciliar o agrupamento/associação de pessoas que residem em um mesmo domicílio. A análise dos arranjos domiciliares identifica em que tipo de arranjo a pessoa reside, mas não permite apontar qual a sua posição naquele domicílio, se ela é o/a responsável, o/a cônjuge, o/a filho/a, etc.

Conforme mostra o Gráfico 4, a maior parte das pessoas que se declararam LGBTQIA+ reside em arranjos domiciliares do tipo casal sem filhos (31,4%). O segundo arranjo mais comum entre a população LGBTQIA+ é o casal com filhos (23,4%). Entre a população não LGBTQIA+, essas categorias se invertem: a maior parte vive em arranjos do tipo casal com filhos (43,3%), seguidos daqueles que vivem em casais sem filho (21,7%). Interessante notar a diferença entre as populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ quanto à proporção de pessoas que vivem em domicílios unipessoais. Entre os primeiros, 16,5% vivem em domicílios do tipo unipessoal, enquanto entre as pessoas não LGBTQIA+ essa proporção é de 6,2%.

Gráfico 4 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por tipo de arranjo domiciliar. Distrito Federal, 2021

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A distribuição por arranjo domiciliar varia entre os grupos da população LGBTQIA+ analisados neste trabalho. Entre os gays, 43,2% vivem em um arranjo domiciliar do tipo casal sem filhos. O segundo tipo mais frequente é a categoria de outro perfil (20,2%), que engloba todos os demais arranjos identificados na pesquisa que não sejam unipessoal, monoparental feminino, casal com filhos e casal sem filhos. Entre as lésbicas, o principal tipo de arranjo domiciliar também é o casal sem filhos (35%), mas a segunda categoria mais frequente é o arranjo do tipo casal com filhos (22,1%). As pessoas que declararam ser bissexuais ou ter outra orientação sexual vivem, principalmente, em domicílios em que há um casal com filhos (25,6%). Elas apresentaram a maior proporção de pessoas que vivem em domicílios unipessoais (24,4%). Por fim, entre as pessoas trans, a maior parte das pessoas vivem em um arranjo do tipo casal com filhos (36,1%), seguido do arranjo casal sem filhos (28,4%) e outro perfil (18,8%).

3.2.2.5. Posse de plano de saúde

A proporção de pessoas que possuem plano de saúde é próxima quando se compara as populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+. Entre aqueles que se declaram LGBTQIA+, 31,7% informaram possuir plano de saúde. Já entre a população não LGBTQIA+, essa proporção é ligeiramente superior, 33,9%. Essa informação é importante de ser analisada, pois pode funcionar como uma proxy da proporção da população que depende dos serviços públicos de saúde. Assumindo-se que as pessoas que não tem plano de saúde acessam serviços de saúde exclusivamente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), temos que, entre a população LGBTQIA+, uma proporção ligeiramente maior depende dos serviços públicos de saúde, quando comparada com a população não LGBTQIA+.

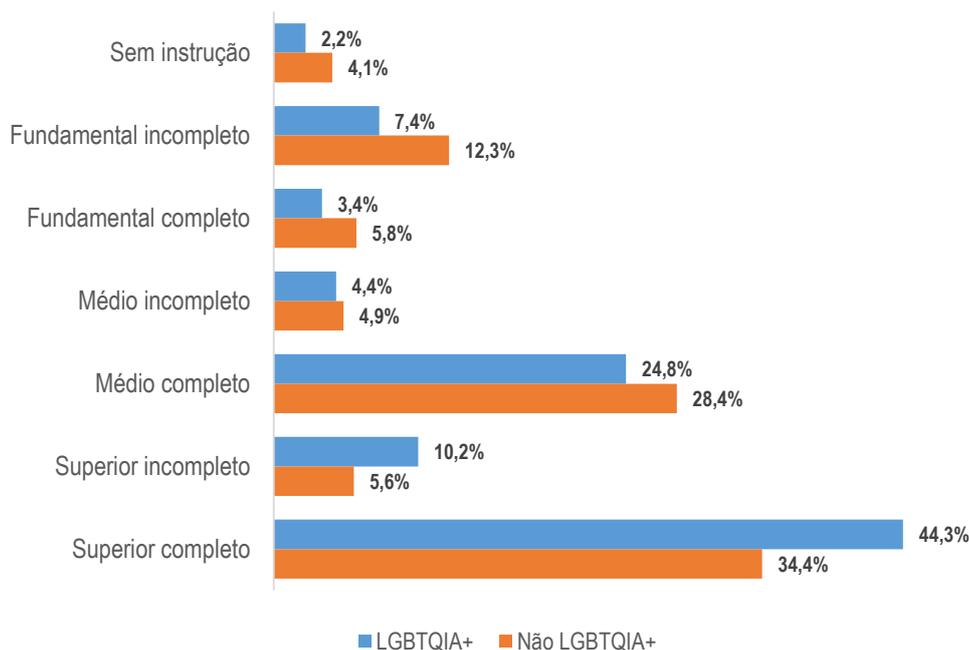
Entre a população LGBTQIA+, os gays registraram a maior proporção de pessoas com posse de plano de saúde (35,3%), seguidos das pessoas trans (34,5%), bissexuais (30%) e lésbicas (26,9%).

3.2.3. Escolaridade

Na literatura econômica, existem estudos que apontam que gays, lésbicas e bissexuais adultos possuem, em média, mais anos de estudo completos que suas contrapartes heteroafetivas (BLACK *et al.*, 2007; GATES, 2014). Nos trabalhos de Jacinto *et al.* (2017) e Suliano *et al.* (2016), isso também foi observado em uma amostra de casais homoafetivos brasileiros. Uma hipótese para explicar a diferença de escolaridade entre pessoas homoafetivas e heteroafetivas está relacionada ao fato de que, antecipando a discriminação que podem vir a encontrar no mercado de trabalho, pessoas LGBs tendem a escolher profissões que demandam um nível de instrução maior, de forma que possam encontrar um ambiente menos sujeito à discriminação (BLACK *et al.*, 2007).

Segundo a PDAD 2021, no Distrito Federal, as pessoas que se declararam LGBTQIA+ são proporcionalmente mais escolarizadas que as pessoas não LGBTQIA+. Como mostra o Gráfico 5, quase metade das pessoas com 25 anos ou mais que informaram ser LGBTQIA+ (44,3%) possuem ensino superior completo e 10,2% têm superior incompleto. Entre as pessoas não LGBTQIA+ com 25 anos ou mais, essas proporções são, respectivamente, 34,4% e 5,6%. No outro extremo das categorias, observa-se que as proporções de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto são superiores entre a população não LGBTQIA+ em comparação à população LGBTQIA+.

Gráfico 5 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ com 25 anos ou mais por nível de escolaridade. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Como a população LGBTQIA+ é heterogênea e escolaridade é uma variável central em análises sobre essa população, buscou-se investigar a distribuição por nível de escolaridade de gays, lésbicas, bi e com outras orientações sexuais e pessoas transgênero. Como a desagregação desses grupos populacionais pelos 7 níveis de escolaridade apresentados no Gráfico 5 impacta o tamanho da amostra, que, em alguns casos, deixa de ser suficiente para gerar resultados estatisticamente significativos, optou-se por agregar alguns níveis de escolaridade. Os níveis “fundamental completo” e “médio incompleto” foram

analisados de forma conjunta formando uma só categoria, assim como os níveis “médio completo” e “superior incompleto”, totalizando 5 níveis de escolaridade para essa análise.

A Tabela 8 apresenta a distribuição por nível de escolaridade das pessoas com mais de 25 anos de cada um dos grupos da população LGBT analisados neste estudo. Observa-se que o grupo com a maior proporção de pessoas com ensino superior completo é o dos gays (53,9%), seguido das pessoas bissexuais e com outras orientações sexuais (46,2%), das lésbicas (41,9%) e das pessoas trans (33,8%).

A população trans foi a única que apresentou amostra suficiente para o cálculo do percentual de pessoas com o ensino fundamental incompleto: 13,3% delas têm o fundamental incompleto. 11,2% das pessoas trans com 25 anos ou mais de idade têm o fundamental completo ou o médio incompleto. De acordo com o censo trans realizado na cidade de São Paulo, mais da metade da população entrevistada (51%) completou o ensino médio, 20% concluíram o ensino fundamental II e 18%, o ensino fundamental I. Em relação à educação superior, a proporção de concluintes foi 12% (CEDEC, 2022).

Tabela 8 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ com 25 anos ou mais por nível de escolaridade. Distrito Federal, 2021

Nível de escolaridade	Lésbicas	Gays	Bi e outros	Trans
Sem instrução	*	*	*	*
Fundamental incompleto	*	*	*	13,3%
Fundamental completo ou médio incompleto	*	3,6%	*	11,2%
Médio completo ou superior incompleto	36,5%	36%	34,2%	34,1%
Superior completo	41,9%	53,9%	46,2%	33,8%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

(*) Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra.

Os resultados da PDAD 2021 estão em linha com os de outros estudos que mostram que pessoas LGBT tendem a ter níveis mais elevados de escolaridade que pessoas não LGBT, proporcionalmente (BURN; MARTELL, 2020). No entanto, esses resultados também lançam luz sobre a hipótese já discutida neste estudo de que, como pessoas mais escolarizadas tendem a compreender melhor as perguntas de uma pesquisa, a maior escolaridade das pessoas LGBT encontrada nas pesquisas pode ser devida a um viés de seleção amostral. Nesse caso, as pessoas que compreendem as perguntas e declaram sua orientação sexual e/ou identidade de gênero são pessoas mais escolarizadas que a média da população, o que faz com que o nível médio de escolaridade das pessoas que se identificam como LGBT seja superior ao das pessoas que não se identificam como LGBT. Esse resultado, portanto, pode não ser por conta de uma escolaridade mais elevada das pessoas LGBT, mas, simplesmente, por conta de um viés de seleção dos respondentes, ou seja, apenas os mais escolarizados responderam sua orientação e/ou identidade de gênero, o que eleva a média de escolaridade desse grupo populacional (GEN-IUSS, 2014; FEDERAL INTERAGENCY WORKING GROUP, 2016).

3.2.4. Trabalho e renda

3.2.4.1. População economicamente ativa

Questões envolvendo participação no mercado de trabalho e rendimentos advindos do trabalho são centrais em estudos de gênero e orientação sexual. Esta subseção apresenta alguns indicadores de trabalho e renda para a população autodeclarada LGBTQIA+ que reside no Distrito Federal.

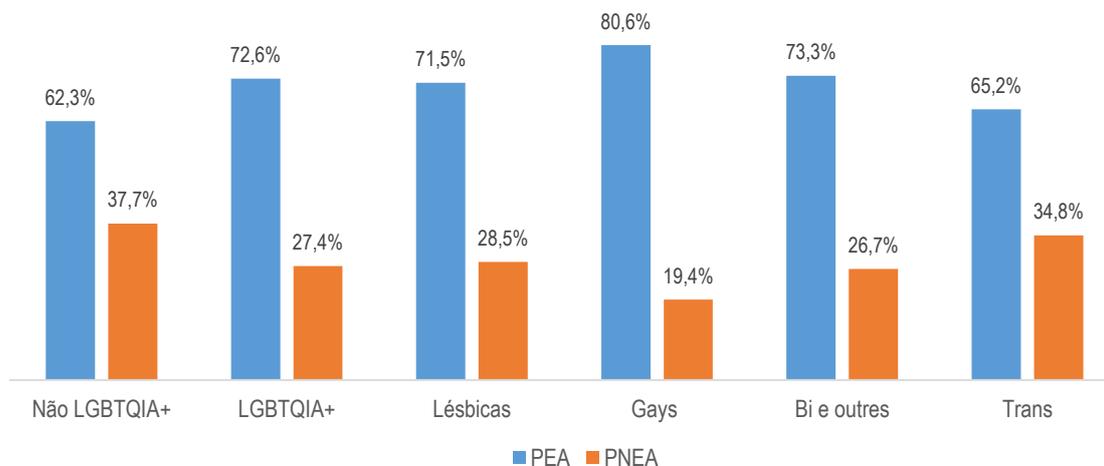
A população economicamente ativa (PEA) corresponde às pessoas em idade ativa que estão disponíveis para compor a força de trabalho, ou seja, as pessoas que estão ocupadas e aquelas que estão desocupadas e procuraram trabalho. Como neste estudo todas as análises são feitas para a população de 18 anos ou mais, entende-se que todas as pessoas estão em idade ativa, não sendo necessário realizar outro recorte etário para a análise da população economicamente ativa (nas pesquisas nacionais, considera-se população em idade ativa a população com 14 anos ou mais ou, em alguns casos, a população com 10 anos ou mais).

A PDAD pergunta aos entrevistados se eles trabalharam e se procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à realização da pesquisa. Como mostra o Gráfico 6, 72,6% das pessoas que se declararam LGBTQIA+ fazem parte da PEA, ou seja, estavam trabalhando ou procuraram emprego nos 30 dias anteriores à realização da PDAD 2021. Entre a população não LGBTQIA+, a proporção de pessoas que fazem parte da PEA é inferior: 62,3% das pessoas com 18 anos ou mais e não LGBTQIA+ estavam trabalhando ou procuraram trabalho no período de referência da PDAD 2021.

Esse resultado está em linha com a literatura sobre o tema, que tem mostrado que as pessoas LGBTs tem maior participação no mercado de trabalho do que as pessoas não LGBT, em grande parte, porque, entre as mulheres que estão em relacionamentos com homens, registra-se uma queda na participação no mercado de trabalho, já que elas tendem a abdicar de suas posições no mercado de trabalho ou reduzem o tempo de dedicação ao trabalho para cuidar da casa e dos filhos (JEPSEN, 2007). Outra hipótese que pode explicar a diferença entre as pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ quanto à participação no mercado de trabalho no DF é o fato de que a população LGBTQIA+ é mais jovem do que a população não LGBTQIA+, o que faz com que ela tenha proporcionalmente mais pessoas nas idades típicas de inserção no mercado de trabalho.

Entre a população LGBTQIA+, os gays foram os que apresentaram o maior percentual de pessoas que estão na PEA (80,6%), seguidos dos que declararam ser bi ou ter outras orientações sexuais (73,3%), das lésbicas (71,5%) e das pessoas trans (65,2%). Uma possível explicação para a menor participação da população trans no mercado de trabalho quando comparada aos demais grupos da população LGBTQIA+ analisados é o fato de que ela tem uma estrutura etária mais envelhecida: 14,5% das pessoas que se identificaram como trans no DF tem 60 anos ou mais (Gráfico 2). Outra hipótese para explicar a diferença reside na dificuldade que as próprias pessoas trans tem de compreender o que é trabalho, não considerando, muitas vezes, o próprio trabalho como digno³ ou produtivo (CEDEC, 2022).

³ De acordo com o relatório do CEDEC (2022), com tantas portas fechadas e oportunidades negadas devido ao preconceito e transfobia, o destino de muitos trans ainda é a prostituição, sendo motivo de vergonha, menosprezo e ojeriza pelas próprias pessoas trans. Dados sistematizados de uma pesquisa chamada Censo Trans, trazem que 89% das pessoas trans entrevistadas eram profissionais do sexo (REDETRANS, S/D).

Gráfico 6 - Percentual de pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ que fazem parte da PEA.⁴ Distrito Federal, 2021

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Interessante destacar também as diferenças entre lésbicas e gays. A população lésbica no DF, segundo os dados da PDAD 2021, é mais envelhecida do que a população de gays: 8,3% das lésbicas têm mais de 60 anos, enquanto 4% dos gays estão nesse grupo etário (Gráfico 2). Essa diferença na estrutura etária pode ser um fator por trás da diferença de participação desses dois grupos no mercado de trabalho no DF – como mostra o Gráfico 6, a proporção de gays que estão na PEA é quase 10 pontos percentuais superior à proporção de lésbicas que fazem parte da PEA. Outro aspecto que deve ser considerado nessa comparação entre lésbicas e gays é a desigualdade de gênero na inserção e permanência no mercado de trabalho. A literatura mostra que normas sociais e culturais dificultam a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a sua performance em postos de trabalho com jornadas inflexíveis (GOLDIN, 2014). É importante, portanto, levar em conta as desigualdades estruturais existentes entre homens e mulheres quanto à participação no mercado de trabalho ao analisar os dados apresentados, mesmo quando desagregados por orientação sexual declarada.

3.2.4.2. População ocupada e população desocupada

A população ocupada corresponde às pessoas que, nos 30 dias anteriores à pesquisa, possuíam algum trabalho remunerado exercido regularmente. Como explicado previamente, a PEA é formada pelas pessoas ocupadas e pelas desocupadas, que são aquelas que não tem trabalho, mas que tomaram alguma medida para procurar trabalho. Com base nesses conceitos, a Tabela 9 apresenta a proporção da PEA que estava ocupada e a que estava desocupada, segundo a identificação LGBTQIA+ da população e entre os grupos da população LGBTQIA+ analisados.

⁴ De acordo com o relatório do CEDEC (2022), com tantas portas fechadas e oportunidades negadas devido ao preconceito e transfobia, o destino de muitos trans ainda é a prostituição, sendo motivo de vergonha, menosprezo e ojeriza pelas próprias pessoas trans. Dados sistematizados de uma pesquisa chamada Censo Trans, trazem que 89% das pessoas trans entrevistadas eram profissionais do sexo (REDETRANS, S/D).

Tabela 9 - População de 18 anos ou mais ocupada e desocupada, segundo identificação LGBTQIA+. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	PEA	Ocupados		Desocupados	
		Quant.	% da PEA	Quant.	% da PEA
Não LGBTQIA+	1.370.506	1.227.220	89,5%	143.287	10,5%
LGBTQIA+	63.823	57.283	89,8%	6.539	10,2%
Gays	20.378	18.865	92,6%	1.514	7,4%
Lésbicas	13.716	12.495	91,1%	1.221	8,9%
Bi e outros	11.089	9.324	84,1%	1.765	15,9%
Trans	15.224	13.777	90,5%	1.447	9,5%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Observa-se que, apesar da população LGBTQIA+ ter um percentual superior de pessoas na PEA (Gráfico 6), a distribuição da PEA entre ocupados e desocupados é bastante próxima entre os grupos LGBTQIA+ e não LGBTQIA+. 10,2% da população LGBTQIA+ economicamente ativa está desocupada. Essa razão entre desocupados e PEA corresponde à taxa de desocupação. Entre a população não LGBTQIA+, a taxa de desocupação é ligeiramente superior: 10,5%. Entre os grupos da população LGBTQIA+ analisados, a maior taxa de desocupação foi registrada entre as pessoas que declararam ser bissexuais ou ter outra orientação sexual (15,9%) e a menor, entre os gays (7,4%).

É importante destacar que os resultados aqui apresentados podem conter algum viés. Como mencionado na seção anterior, a maior escolaridade das pessoas LGBT encontrada em pesquisas como a PDAD pode ser por conta de um viés de seleção dos respondentes: apenas as pessoas mais escolarizadas respondem sua orientação sexual e sua identidade de gênero, o que eleva a média de escolaridade desse grupo populacional. Como, no geral, há uma relação positiva entre maior escolarização e melhores condições de inserção no mercado de trabalho, é possível que esse viés de resposta também influencie os resultados sobre mercado de trabalho aqui apresentados. Por isso, são necessárias investigações mais aprofundadas para compreender as diferenças e os fatores que influenciam tais diferenças de inserção no mercado de trabalho entre as pessoas LGBTQIA+ e as não LGBTQIA+ e entre os grupos que fazem parte da população LGBTQIA+.

3.2.4.3. Formalidade dos vínculos de trabalho

Outro indicador importante para caracterizar a inserção da população no mercado de trabalho é a taxa de formalidade.⁵ Ela indica a proporção das pessoas ocupadas que estão no setor formal do mercado de trabalho e que, por isso, tem uma série de direitos trabalhistas garantidos, com destaque ao acesso aos benefícios do sistema de seguridade social. Entre a população autodeclarada LGBTQIA+, a proporção de pessoas que estão ocupadas em postos

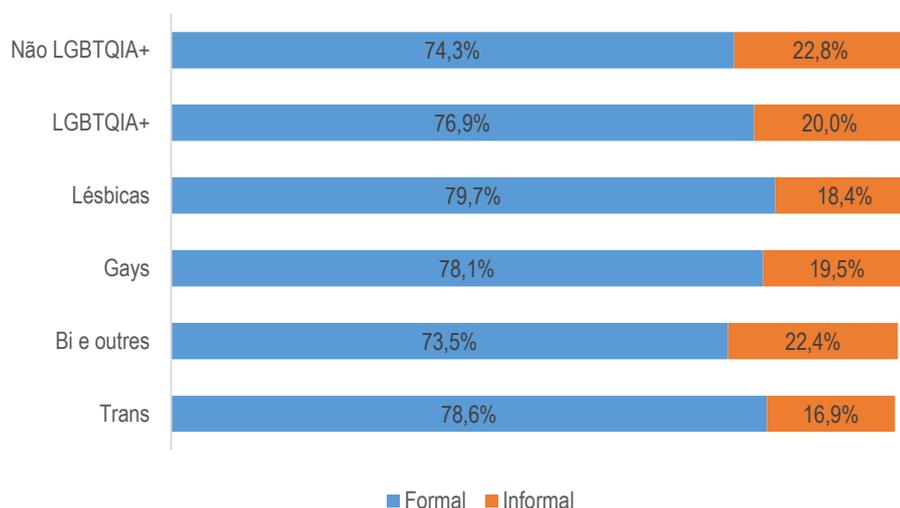
⁵ O conceito de formalidade aqui utilizado é medido por meio da variável “posição na ocupação” a partir das seguintes categorias: i) Empregado no setor público; ii) Militar do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar; iii) Empregado no setor privado (Exceto Empregado Doméstico) com carteira de trabalho; iv) Empregado Doméstico com carteira de trabalho; v) Religioso remunerado (padre, pastor e outros) com carteira de trabalho; vi) Sócio de Cooperativa com CNPJ; vii) Conta Própria ou Autônomo com CNPJ; viii) Empregador com CNPJ; ix) Dono de Negócio Familiar com CNPJ; e x) Profissional Universitário Autônomo (Profissional Liberal) com CNPJ. As demais categorias em que não se verificou a existência de carteira de trabalho ou CNPJ, assim como trabalhadores sem remuneração salarial foram classificadas como informais. Aprendiz, estagiários e pessoas cumprindo serviço militar obrigatório foram desconsiderados da análise, por não configurarem emprego ou serem vínculos de empregos extraordinários. (CODEPLAN, 2020).

de trabalho informais é de 20%. Entre a população não LGBTQIA+, essa proporção é ligeiramente maior: 22,8%.

Conforme mostra o Gráfico 7, entre as pessoas LGBTQIA+, a maior taxa de informalidade foi registrada entre as pessoas que se declaram bissexuais ou que tem outras orientações sexuais (22,4%). Em seguida, entre os gays ocupados, 19,5% são informais. Entre as lésbicas, esse percentual é de 18,4% e, por fim, entre as pessoas trans, é de 16,9%. O resultado encontrado para a população trans no DF diverge daquele encontrado em pesquisa realizada com a população trans da cidade de São Paulo, em que mais da metade das pessoas trans entrevistadas estavam em vínculos informais de trabalho (CEDEC, 2022). Essa divergência pode estar relacionada à forma como a pergunta de trabalho “Você trabalhou nos últimos 30 dias?” é feita na PDAD. Assim como discutido no tópico sobre a participação no mercado de trabalho, muitas pessoas trans podem não entender suas atividades realizadas como emprego ou trabalho, fazendo com que a maioria das pessoas que tenha se manifestado como tendo emprego sejam justamente aquelas que têm vínculos formais de trabalho.

As diferentes taxas de informalidade observadas entre os grupos LGBTQIA+ analisados podem estar relacionadas às diferenças na estrutura etária dos grupos, uma vez que o grupo formado por lésbicas tem média de idade maior do que o grupo formado por bi e outres, o que pode se refletir no tipo do vínculo de emprego predominante em cada grupo. As lésbicas são mais velhas e escolarizadas do que as pessoas bis e com outras orientações sexuais, o que pode estar associado a uma maior prevalência delas em ocupações formais e mais estáveis, tendo em vista que os bis são mais jovens e ainda estão se escolarizando e podem ter mais acesso a vínculos informais de trabalho nesse momento do ciclo de vida.

Gráfico 7 - Composição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ ocupadas, segundo o grau de formalidade do vínculo de trabalho. Distrito Federal, 2021



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2.4.4. Renda do trabalho

Quanto à renda recebida pelo trabalho, observa-se que a população LGBTQIA+ residente no DF apresentou renda média superior à população não LGBTQIA+ (Tabela 10). No entanto, é preciso cautela para interpretar esse resultado, pois as informações de rendimento apresentam algumas dificuldades para serem captadas adequadamente em pesquisas domiciliares como a PDAD. Rocha (2003) argumenta que, além de eventuais

desvios amostrais, como problemas decorrentes de insuficiência de tamanho da amostra ou má qualidade do desenho amostral, a coleta da informação de rendimento em pesquisas domiciliares pode ser afetada por desvios de caráter não amostral, como a não resposta de uma parte dos entrevistados ou a subestimação intencional da renda por parte do informante.

Alguns dos problemas descritos por Rocha (2003) podem afetar a informação de rendimento do trabalho coletada na PDAD 2021. E esses problemas/desvios podem variar conforme diferentes características dos respondentes, como idade, nível de renda, valor do rendimento, entre outras, e, portanto, podem acontecer de forma diferente entre os entrevistados que se declararam LGBTQIA+ e os que não se declararam como tal. Nesse sentido, as rendas médias do trabalho apresentadas na tabela 10 refletem a informação que foi coletada pela PDAD 2021, mas devem ser analisadas levando-se em conta os desvios típicos que acontecem na coleta desse tipo de informação (tamanho da amostra de pessoas que respondeu e eventual subestimação da renda) e o fato de que tais desvios podem afetar esses grupos populacionais de forma diferenciada. Não foi possível calcular a renda média do trabalho para os grupos da população LGBTQIA+ desagregados (gays, lésbicas, bis e outros e trans), pois as amostras não tiveram tamanho suficiente para a geração de resultados estatisticamente significativos.

Tabela 10 - Renda média do trabalho, em valores de julho/2021, da população no DF, segundo identificação LGBTQIA+. Distrito Federal, 2021

População não LGBTQIA+	R\$ 6.914,13
População LGBTQIA+	R\$ 7.876,28

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

3.2.4.5. Horas dedicadas aos afazeres domésticos

Por fim, analisa-se a quantidade de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos. A Tabela 11 apresenta a média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos para a população não LGBTQIA+ e a LGBTQIA+ como um todo, e para os grupos desagregados (lésbicas, gays, bissexuais e pessoas transgênero). Observa-se que a população não LGBTQIA+ gasta, em média, mais horas por semana com afazeres domésticos do que a população LGBTQIA+. É importante lembrar que, como a literatura tem mostrado, homens e mulheres cisgênero e heterossexuais tem padrões muito distintos de uso do tempo. Pesquisa realizada pela Codeplan (CODEPLAN, 2022b), a partir de dados da PED-DF (Pesquisa de Emprego e Desemprego - Distrito Federal), mostrou que as mulheres gastam mais tempo, por semana, do que os homens com trabalhos domésticos em todas as desagregações observadas (por grupos de renda, faixa etária, nível educacional, raça/cor, quando têm ou não cônjuge no domicílio). O número de horas superior da população não LGBTQIA+ pode ser consequência, portanto, da grande desigualdade no uso do tempo entre homens e mulheres, tanto em trabalhos remunerados como não remunerados, que faz com que a média de horas dedicadas ao trabalho doméstico pelas mulheres cis e heterossexuais puxe a média do grupo como um todo para cima.

Tabela 11 - Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, segundo identificação LGBTQIA+. Distrito Federal, 2021

População não LGBTQIA+	13,7
População LGBTQIA+	12,2
Lésbicas	12,8
Gays	10,4
Bi e outres	12,6
Trans	14,1

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Entre os grupos da população LGBTQIA+ analisados, observa-se que aqueles que se identificaram como transgênero são os que apresentaram a maior média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos – superior, até mesmo, que a média da população não LGBTQIA+. Lésbicas, bissexuais e pessoas que declararam outro tipo de orientação sexual apresentaram valores próximos para a média de horas semanais de trabalho doméstico (12,8 e 12,6, respectivamente). Gays apresentaram o menor valor, 10,4 horas semanais, em média, dedicadas aos afazeres domésticos. Estudos mais aprofundados sobre o uso do tempo da população LGBTQIA+ se fazem necessários para que se possa compreender as razões e fatores relacionados à diferença da população trans em relação aos demais grupos. É possível que essa desigualdade no tempo dedicado aos afazeres domésticos esteja relacionada a diferenças e desigualdades na inserção no mercado de trabalho. Como visto previamente, a população trans foi a que apresentou a menor taxa de participação no mercado de trabalho (percentual de pessoas na PEA) entre os grupos da população LGBTQIA+ analisados (Gráfico 6).

Existem estudos que mostram que, em relação ao uso do tempo, gays e lésbicas não estão sujeitos à especialização de gênero que recai sobre casais heteroafetivos, que prevê que a mulher se dedique ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos, enquanto o homem se dedica às atividades laborais (JEPSEN; JEPSEN, 2015). Burn e Martell (2020) estudaram o grau de incidência da divisão sexual do trabalho nos casais americanos e mostraram que ele é significativo e influencia a participação dos cônjuges no mercado de trabalho. Segundo os autores, dado o menor grau da divisão sexual do trabalho entre casais do mesmo sexo, ambos os indivíduos tendem a apresentar uma maior oferta de trabalho relativamente a indivíduos em casais heteroafetivos. Além disso, de acordo com os autores, a divisão sexual do trabalho é menor em casais formados por lésbicas, pois elas têm maior probabilidade de participar do mercado de trabalho e de receber salários mais elevados, relativamente a seus homólogos heteroafetivos. Para os autores, essas características atuam gerando incentivos que podem elevar ainda mais a dedicação de lésbicas ao trabalho (BURN; MARTELL, 2020).

4. SUGESTÕES DE MELHORIAS

Na introdução deste trabalho, foram apresentados alguns motivos pelos quais as pesquisas governamentais devem incluir a população LGBTQIA+ em seus questionários. O motivo principal é que essas pesquisas norteiam políticas públicas direcionadas, e uma vez que a população LGBTQIA+ tem demandas específicas, é somente por meio da sua inclusão nos inquéritos que esses indivíduos podem sair do apagamento e ter suas questões entendidas e atendidas. Dessa maneira, com o intuito de fornecer insumos para pesquisas futuras que investiguem informações sobre a população LGBTQIA+, esta seção pretende sugerir algumas melhorias com relação ao questionário e a base de dados de pesquisas como a PDAD 2021.

Como primeira e principal sugestão, destaca-se a inserção das perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual no questionário no formato “fechadas”, ou seja, com opções já definidas para que o(a) entrevistado(a) selecione sua resposta. Entende-se que, em perguntas abertas, como foi realizado na PDAD 2021, é possível que informações importantes e relevantes sejam perdidas do ponto de vista metodológico. Na pior das hipóteses, com a pergunta aberta, é possível que os indivíduos não compreendam o que está sendo perguntado e deixem de responder.

Na sequência, sugere-se o acréscimo de mais perguntas quando o indivíduo se autodeclara transgênero, com o objetivo de identificar se o indivíduo é homem ou mulher trans, e compreender melhor as outras transgeneridades e suas demandas específicas. Além disso, seria interessante investigar a participação dessa população no mercado de trabalho, com o intuito de entender em quais ocupações essas pessoas se concentram e quais são as atividades que realizam, bem como o que consideram trabalho em si.

Recomenda-se que as pesquisas domiciliares se tornem mais inclusivas com a população LGBTQIA+, o que passa por repensar quesitos que já existem atualmente, como os que perguntam sobre gênero e sexo. Isso é fundamental para que as pesquisas possam, de fato, identificar de maneira adequada o que se propõe, uma vez que pessoas que passam por transição de gênero reportam informações diferentes ao longo do tempo. Além disso, devido ao estigma da orientação sexual, essa pode ser uma informação fluida, variável ao longo do curso da vida de uma pessoa.

A pesquisa realizada por Spizirri *et al.* (2022) adotou formas de realizar essas perguntas que consideravam a mudança das pessoas ao longo do tempo. Para isso, introduziram expressões como: “Qual das seguintes opções melhor descreve como você se sente atualmente?”; “Com qual dessas situações você se identifica mais?”; e “Atualmente, você se sente atraído por/quer fazer sexo ou ter um relacionamento com/fantasia sobre (homens, mulheres, ambos, nenhum)”. Os autores, inclusive, alertam que a diferença na estimativa de pessoas LGBTQIA+ encontrada na pesquisa em relação a outros dados se deve, provavelmente, a diferenças no método de captação da informação, sobretudo usado para estimar a população assexual (SPIZIRRI *et al.*, 2022).

Uma primeira adaptação que poderia ser considerada nas pesquisas brasileiras quanto à identificação e investigação sobre a população LGBTQIA+, conforme as recomendações internacionais (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE, 2022), seria a criação de questões fechadas sobre orientação sexual que contemplassem uma quantidade satisfatória de alternativas. Nesse sentido, uma pergunta

"Com qual orientação sexual você se identifica no momento?" com possibilidades de resposta "homossexual", "bissexual", "heterossexual", "pansexual", "gay", "lésbica", "demisexual" ou "assexual" parece um bom começo.

Na sequência, uma segunda pergunta versaria sobre a identificação, no momento da pesquisa, do entrevistado com o sexo designado no nascimento, para que a pesquisa possa identificar pessoas trans que realizaram mudanças de sexo e pessoas intersexo. Aqui, poderia ser realizada uma abordagem em duas etapas: na primeira etapa, se perguntaria "Qual foi o sexo atribuído no seu nascimento?", com as respostas possíveis "feminino", "masculino" e "intersexo"; e a segunda etapa questionaria "Qual é o seu sexo atual?", com possíveis respostas "feminino", "masculino" e "intersexo". Mais exemplos de como realizar essas perguntas – e sugestões de respostas – podem ser encontrados em GenIUSS (2014) e no *Federal Interagency Working Group* (2016).

Finalmente, também é recomendado perguntar sobre o gênero da pessoa, não apenas sobre seu sexo, com intuito de incluir pessoas transgênero, travestis, não-binários e gêneros queer. Essa identificação também se daria em duas etapas com perguntas fechadas: a primeira delas, "Qual foi o gênero atribuído no seu nascimento?", teria como possíveis respostas "mulher" e "homem"; enquanto a segunda pergunta, "Com qual gênero você se identifica atualmente?", poderia ter como possíveis respostas "mulher", "homem", "mulher trans", "homem trans", "gênero queer", "gênero não-binário", "agênero", "gênero fluído", entre outras (GenIUSS, 2014; FEDERAL INTERAGENCY WORKING GROUP, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, primeira pesquisa nacional a perguntar diretamente a orientação sexual das pessoas, cerca de 3% da população brasileira se considera lésbica, gay ou bissexual (LGB). No Distrito Federal, segundo a mesma pesquisa, 2,9% da população se declara LGB, a maior proporção entre as unidades federativas do país. No entanto, apesar desse avanço em relação à inclusão de gays, lésbicas e bissexuais em um inquérito nacional, a população trans continua sendo negligenciada nesse tipo de pesquisa, o que dificulta uma estimativa mais precisa do tamanho da população LGBTQIA+ brasileira.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 realizou uma investigação inédita no Brasil, incluindo em seu questionário uma pergunta sobre a identidade de gênero das pessoas, o que permitiu a auto declaração da população trans. Além dessa pergunta, inquiriu-se, como na PNS, a orientação sexual da população. Este estudo buscou traçar, a partir dos dados sobre orientação sexual e identidade de gênero coletados pela PDAD 2021, o perfil da comunidade LGBTQIA+ residente no DF. As análises focaram em três tópicos principais: perfil sociodemográfico; escolaridade; e mercado de trabalho.

A partir da pergunta sobre orientação sexual, identificou-se que 3% da população com 18 anos ou mais no DF se declara como lésbica, gays, bissexual ou com outra orientação sexual, percentual que está em linha com o que foi encontrado na PNS. A partir da pergunta sobre identidade de gênero, encontrou-se que 1% da população com 18 anos ou mais declarou alguma transgeneridade. Para o cálculo da proporção de pessoas que se consideram LGBTQIA+ no DF, contabilizou-se apenas uma vez as pessoas que se declararam como transgênero e também como gays, lésbicas, bissexuais ou com outras orientações sexuais, o que fez chegar ao percentual de 3,8% da população com 18 anos ou mais de idade. Entre as regiões administrativas, as que apresentaram os maiores percentuais de pessoas LGBTQIA+ na população foram: Águas Claras (6,6%), Plano Piloto (6,5%), Varjão (6,4%), Sobradinho II (6,1%) e Riacho Fundo II (5,4%).

Observou-se que a população LGBTQIA+ é mais jovem do que a população que não se identificou como LGBTQIA+ e que, entre as pessoas LGBTQIA+, as que se declararam bissexuais ou com outras orientações sexuais, são as mais jovens. As pessoas trans, por sua vez, formam o grupo mais velho entre a população LGBTQIA+. Essas diferenças na estrutura etária podem ajudar a entender diferenças entre esses grupos populacionais quanto a alguns aspectos analisados no estudo, como participação no mercado de trabalho, estado civil, arranjo domiciliar, tanto quando se compara a população LGBTQIA+ com a não LGBTQIA+, como quando se comparam os grupos LGBTQIA+ entre si.

Em relação ao estado civil, 58,6% da população LGBTQIA+ informou estar solteira e 33,6% informou estar casada. Entre a população não LGBTQIA+, o quadro se inverte: 50,7% declararam estar casados e 38,1%, solteiros. Essa diferença na distribuição por estado civil pode ser explicada por alguns fatores. Em primeiro lugar, ela pode estar relacionada ao fato de que o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado no Brasil apenas em 2013. Outra explicação, como já mencionado, pode ser o fato de que a população LGBTQIA+ é mais jovem do que a população não LGBTQIA+, tendo, assim, proporcionalmente menos pessoas nas faixas etárias em que normalmente as pessoas já estão casadas.

A seção sobre mercado de trabalho e renda mostrou outras diferenças entre a população LGBTQIA+ e a não LGBTQIA+. Destaca-se que a participação da população LGBTQIA+ no mercado de trabalho é maior do que a participação da população não LGBTQIA+. Segundo os dados da PDAD 2021, 72,6% das pessoas que se declararam LGBTQIA+ no DF fazem parte da população economicamente ativa, ou seja, estavam trabalhando ou procuraram emprego nos 30 dias anteriores à realização da PDAD 2021. Entre a população não LGBTQIA+, a proporção de pessoas que fazem parte da PEA é 62,3%. Novamente, uma hipótese que pode explicar essa diferença é o fato de que a população LGBTQIA+ é mais jovem, o que faz com que ela tenha proporcionalmente mais pessoas nas idades típicas de inserção no mercado de trabalho do que a população não LGBTQIA+. Além disso, a literatura tem discutido que a maior participação da população LGBT no mercado de trabalho se deve, em grande parte, à queda da participação de mulheres que estão em relacionamentos com homens, que tendem a abdicar de suas posições no mercado de trabalho ou reduzem o tempo de dedicação ao trabalho remunerado para assumir o cuidado da casa e dos filhos.

Entre a população LGBTQIA+, também foram identificadas diferenças quanto à participação no mercado de trabalho. Os gays apresentaram o maior percentual de pessoas na PEA (80,6%), seguidos dos que declararam ser bi ou ter outras orientações sexuais (73,3%), das lésbicas (71,5%) e das pessoas trans (65,2%). Uma possível explicação para a menor participação da população trans no mercado de trabalho quando comparada aos demais grupos da população LGBTQIA+ analisados é o fato de que ela tem uma estrutura etária mais envelhecida: 14,5% das pessoas que se identificaram como trans no DF tem 60 anos ou mais. Outra hipótese para explicar a diferença reside na dificuldade que as próprias pessoas trans tem de compreender o que é trabalho e enxergar o que realizam como trabalho.

Análises mais aprofundadas a respeito da inserção da população trans no mercado de trabalho no DF se fazem necessárias. Os dados revelaram que esse grupo apresenta a menor taxa de participação entre as categorias da população LGBTQIA+ analisadas. Observou-se também que a população trans tem a menor taxa de informalidade entre a população LGBTQIA+ no DF, o que diverge de outros resultados encontrados no Brasil. É possível que muitas pessoas trans não entendam suas atividades como emprego, o que pode influenciar tanto o resultado da taxa de participação como o da taxa de informalidade. Por isso, é importante investigar que tipos de atividades e ocupações as pessoas trans desempenham no DF, quantas horas semanais dedicam a essas atividades, quais os tipos dos vínculos de trabalho e o que entendem por trabalho.

A análise da escolaridade das pessoas LGBTQIA+ no DF revelou que elas são proporcionalmente mais escolarizadas do que as pessoas que não se declararam como LGBTQIA+. Mesmo sendo uma população mais jovem, 44,3% da população LGBTQIA+ tem ensino superior completo, enquanto, entre a população não LGBTQIA+, esse percentual é de 34,4%. Os resultados da PDAD 2021 estão em linha com os de outros estudos que mostram que a população LGBT tem níveis mais elevados de escolaridade que as pessoas não LGBT. No entanto, esses resultados lançam luz sobre uma questão fundamental a ser considerada nas análises dos resultados de escolaridade da população LGBTQIA+ alcançados por meio de pesquisas do tipo survey, como a PDAD, e de outros aspectos relacionados à escolaridade, como inserção no mercado de trabalho e renda. Essa questão é o viés de seleção dos respondentes, que acontece quando as pessoas mais escolarizadas – que tendem a compreender melhor as perguntas de uma pesquisa – são as que mais respondem a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, o que acaba elevando a média de escolaridade desse grupo populacional na pesquisa.

É interessante destacar também que a divisão sexual do trabalho, que normalmente atinge as mulheres que estão em relacionamentos com homens, parece não recair tanto sobre as mulheres lésbicas. Apesar de não terem comparado diretamente as mulheres lésbicas com

as mulheres heterossexuais, as análises apontam para uma quantidade de horas dedicadas aos afazeres domésticos inferior entre as mulheres lésbicas e uma taxa de participação no mercado de trabalho relativamente alta (71,5%, contra 62,3% da população não LGBTQIA+). Trabalhos futuros devem investigar as diferenças entre mulheres lésbicas e mulheres heterossexuais quanto à participação no mercado de trabalho, realização de trabalho não remunerado, sobrecarga com o trabalho doméstico e buscar compreender como o gênero e a estrutura afetiva em que as mulheres estão inseridas influenciam esses aspectos.

Estudos como este são fundamentais para ampliar o conhecimento sobre quem forma a comunidade LGBTQIA+ no Distrito Federal, para entender quais são suas necessidades e o que pode ser feito, em termos de políticas públicas, para promover a inclusão e melhorar o bem-estar dessa população na sociedade. Mais do que isso, esse tipo de estudo promove discussões e reflexões e coloca a população LGBTQIA+ na agenda das pesquisas científicas e das políticas públicas.

Este estudo é um primeiro esforço no sentido de traçar o perfil das pessoas LGBTQIA+ residentes no Distrito Federal a partir das perguntas inéditas sobre identidade de gênero e orientação sexual introduzidas na PDAD. A manutenção dessas perguntas nas futuras edições da PDAD permitirá a melhora na captação da informação e o acompanhamento de indicadores sobre essa população ao longo do tempo. Espera-se que esses resultados sirvam de insumos para a elaboração e o aprimoramento de políticas voltadas a essa população e para a garantia dos seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADGETT, M. V. L. **Money, myths and change**: the economic lives of lesbians and gay men. *In*: M. V. Lee Badgett. 1.ed. United states: The University of Chicago Press. 2001.
- BLACK, D.; SANDERS, G. S.; TAYLOR, J. L. The economics of lesbian and gay families. **Journal of Economic Perspectives**, v. 21, n. 2, p. 53-70. 2007.
- BURN, I.; MARTELL, M. **Gender typicality and sexual minority labor market differentials**, Working Papers 2020, University of Liverpool, Department of Economics. 2020.
- CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **TRANSVER O MUNDO**: Existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. 2022.
- CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Gênero e orientação sexual no DF - um olhar inclusivo**: Inserção de perguntas sobre identidade de gênero e orientação sexual da PDAD 2021 e em questionário suplementar on-line. Nota metodológica. Brasília: Codeplan, 2022a. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/NM-Genero-e-Orientacao-Sexual-no-DF-um-olhar-inclusivo.pdf>.
- CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Mercado de Trabalho Informal**: uma perspectiva comparada do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2020.
- CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Trabalhos (re)produtivos realizados por mulheres e homens no DF - Resultados da pesquisa sobre uso do tempo**. Estudo. Brasília: Codeplan, 2022b. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Estudo-Trabalhos-re-produtivos-realizados-por-mulheres-e-homens-no-DF-resultados-da-pesquisa-sobre-uso-do-tempo.pdf>.
- FEDERAL INTERAGENCY WORKING GROUP ON IMPROVING MEASUREMENT OF SEXUAL ORIENTATION AND GENDER IDENTITY IN FEDERAL SURVEYS. **Toward a Research Agenda for Measuring Sexual Orientation and Gender Identity in Federal Surveys**: Findings, Recommendations, and Next Steps. 2016. Disponível em: https://nces.ed.gov/FCSM/pdf/SOGI_Research_Agenda_Final_Report_20161020.pdf.
- GATES, G. J. How many people are lesbian, gay, bisexual and transgender? **The Williams Institute**, 2011. Disponível: <https://escholarship.org/uc/item/09h684x2>.
- GATES, G. J. LGBT demographics: Comparisons among population-based surveys. **The Williams Institute**, 2014.
- GEN-IUSS. Best Practices for Asking Questions to Identify Transgender and Other Gender Minority Respondents on Population-Based Surveys. **Williams Institute**: UCLA School of Law. 2014. Disponível em: <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/geniuss-trans-pop-based-survey/>.
- GOLDIN, C. A grand gender convergence: Its last chapter. **American Economic Review**, 104(4), 1091-1119, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta**. IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101934.pdf>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2012 a 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>.

JACINTO, P.; FRIO, G.; UHR, D.; UHR, J. Offer of work and sexual orientation: evidence of Brazil. **The Empirical Economics Letters**, v. 16, n. 7. 2017.

JEPSEN, C.; JEPSEN, L. The sexual division of labor within households: comparisons of couples to roommates. **Eastern Economic Journal**, v. 32, n. 2, p. 299-312. 2015.

JEPSEN, L. Comparing the earnings of cohabiting lesbians, cohabiting heterosexual women, and married women: Evidence from the 2000 Census. **Industrial Relations: A Journal of Economy and Society**, v. 46 n. 4, p. 699-727. 2007.

JONES, J. M. LGBT Identification in U.S. Ticks Up to 7.1%. **Gallup Institute**, 2022. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/389792/lgbt-identification-ticks-up.aspx>.

KAMAKURA, W.; MAZZON, J. A. Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 1, p. 55-70, 2016.

MARSI AJ, J. P. P. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v 10, n.18/19, 2003.

NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING, AND MEDICINE. Measuring Sex, Gender Identity, and Sexual Orientation. Washington, DC: **The National Academies Press**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17226/26424>.

OECD - ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Society at a Glance 2019**: OECD Social Indicators. Paris: OECD Publishing, 2019.

REDETRANS. **Censotrans**: reflexões sobre os dados do Censo Trans. S/D. Disponível em: https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/1522a23d2de24794adee6101db162ce8/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf.

ROCHA, S. A investigação da renda nas pesquisas domiciliares. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.12, n.2 (21), p.205-224, jul./dez. 2003.

SPIZIRRI, G. *et al.* **Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence**. Scientific Reports, 12:11176, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>.

SULIANO, D. *et al.* Orientação sexual e diferencial de salários no mercado de trabalho brasileiro. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 3, p. 195-222. 2016.

APÊNDICE

Apêndice A - Tabela 1 - Número e percentual de pessoas que se identificaram como LGBTQIA+ por estrato socioeconômico (Critério Brasil). Distrito Federal, 2021

Estrato socioeconômico	Nº de pessoas LGBTQIA+	População total com 18 anos ou mais	% de pessoas LGBTQIA+
Classe A	3.767	131.550	2,9%
Classe B1	6.251	188.208	3,3%
Classe B2	22.941	514.086	4,5%
Classe C1	22.324	528.116	4,2%
Classe C2	20.039	502.839	4,0%
Classe DE	8.967	333.689	2,7%
Sem Classificação	3.631	88.203	4,1%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice B - Tabela 2 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por faixa etária. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	Faixa etária					
	18 a 29 anos		30 a 59 anos		60 anos ou mais	
	N	%	N	%	N	%
Não LGBTQIA+	548.467	24,9%	1.300.612	59,2%	349.691	15,9%
LGBTQIA+	35.847	40,8%	45.250	51,5%	6.823	7,7%
Lésbicas	7.088	37,0%	10.487	54,7%	1.598	8,3%
Gays	11.453	45,0%	12.840	51,0%	985	4,0%
Bi e outros	8.224	54,0%	6.305	42,0%	605	4,0%
Trans	5.880	25,2%	14.096	60,3%	3.388	14,5%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice C - Tabela 3 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por raça/cor. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	Negros		Não negros	
	N	%	N	%
Não LGBTQIA+	1.265.098	57,5%	933.673	42,5%
LGBTQIA+	47.695	54,2%	40.225	45,8%
Lésbicas	9.978	52,0%	9.195	48,0%
Gays	13.492	53,4%	11.786	46,6%
Bi e outros	7.646	50,5%	7.488	49,5%
Trans	14.088	60,3%	9.276	39,7%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice D - Tabela 4 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por estado civil. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	Estado civil							
	Solteiro		Casado		Divorciado ou desquitado		Viúvo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não LGBTQIA+	836.823	38,1%	1.115.831	50,7%	139.092	6,3%	100.229	4,6%
LGBTQIA+	51.510	58,6%	29.510	33,6%	4.559	5,2%	2.039	2,3%
Lésbicas	10.514	54,8%	6.237	32,5%	1.583	8,3%	636	3,3%
Gays	16.407	64,9%	8.132	32,2%	*	*	*	*
Bi e outros	11.383	75,2%	2.596	17,2%	*	*	*	*
Trans	9.002	38,5%	11.912	51,0%	1.571	6,7%	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

(*) Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra.

Apêndice E - Tabela 5 - Distribuição das populações LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ por arranjo domiciliar. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	Estado civil									
	Unipessoal		Monoparental feminino		Casal com filhos		Casal sem filhos		Outro perfil	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não LGBTQIA+	136.678	6,2%	306.953	14,0%	953.018	43,3%	476.231	21,7%	325.890	14,8%
LGBTQIA+	14.488	16,5%	7.755	8,8%	20.559	23,4%	27.594	31,4%	17.525	19,9%
Lésbicas	2.327	12,1%	2.687	14,0%	4.230	22,1%	6.715	35,0%	3.214	16,8%
Gays	5.013	19,8%	1.020	4,0%	3.214	12,8%	10.923	43,2%	5.108	20,2%
Bi e outros	3.700	24,4%	1.589	10,5%	3.881	25,6%	2.191	14,5%	3.773	24,9%
Trans	2.128	9,0%	1.761	7,5%	8.444	36,1%	6.628	28,4%	4.404	18,8%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice F - Tabela 6 - Número e percentual de pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ que possuem plano de saúde. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	Possui plano		Não possui plano	
	N	%	N	%
Não LGBTQIA+	744.528	33,9%	1.437.001	65,4%
LGBTQIA+	27.874	31,7%	59.063	67,2%
Lésbicas	5.164	26,9%	13.679	71,3%
Gays	8.914	35,3%	15.948	63,1%
Bi e outros	4.544	30,0%	10.495	69,3%
Trans	8.066	34,5%	15.220	65,1%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice G - Tabela 7 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ com 25 anos ou mais por nível de escolaridade. Distrito Federal, 2021

Nível de escolaridade	LGBTQIA+		Não LGBTQIA+	
	N	%	N	%
Sem instrução	1.603	2,2%	77.304	4,1%
Fundamental incompleto	5.299	7,4%	231.584	12,3%
Fundamental completo	2.431	3,4%	109.026	5,8%
Médio incompleto	3.131	4,4%	92.258	4,9%
Médio completo	17.729	24,8%	532.699	28,4%
Superior incompleto	7.259	10,2%	105.609	5,6%
Superior completo	31.671	44,3%	645.520	34,4%
Sem classificação	2.378	3,3%	84.369	4,5%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Apêndice H - Tabela 8 - Distribuição de lésbicas, gays, bi e outres e trans com 25 anos ou mais por nível de escolaridade. Distrito Federal, 2021

Nível de escolaridade	Lésbicas		Gays		Bi e outres		Trans	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem instrução	*	*	*	*	*	*	*	*
Fundamental incompleto	*	*	*	*	*	*	2.667	13,3%
Fundamental completo ou médio incompleto	*	*	768	3,6%	*	*	2.240	11,2%
Médio completo ou superior incompleto	5.860	36,5%	7.690	36,0%	3.756	34,2%	6.846	34,1%
Superior	6.724	41,9%	11.512	53,9%	5.074	46,2%	6.784	33,8%
Sem classificação	*	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

(*) Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra.

Apêndice I - Tabela 9 - Distribuição das pessoas LGBTQIA+ e não LGBTQIA+ ocupadas segundo o grau de formalidade do vínculo de trabalho. Distrito Federal, 2021

Grupo populacional	Formal		Informal		Sem classificação	
	N	%	N	%	N	%
Não LGBTQIA+	911.992	74,3%	279.858	22,8%	35.370	2,90%
LGBTQIA+	44.077	76,9%	11.483	20,0%	1.723	3,00%
Lésbicas	9.958	79,7%	2.293	18,4%	*	*
Gays	14.742	78,1%	3.676	19,5%	*	*
Bi e outres	6.857	73,5%	2.092	22,4%	*	*
Trans	10.823	78,6%	2.323	16,9%	*	*

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

(*) Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra.

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal SAM

Bloco H, Setores Complementares

Ed. IPEDF Codeplan

CEP: 70620-080 - Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-2222

www.ipe.df.gov.br

ipe@ipe.df.gov.br

